

FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

ANDRÉIA BRAGA COUTINHO

GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA

NATHAN XAVIER

VANESSA RAMOS

VIDAS ENCARCERADAS

TRABALHO E COTIDIANO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2014

FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

ANDRÉIA BRAGA COUTINHO

GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA

NATHAN XAVIER

VANESSA RAMOS

VIDAS ENCARCERADAS

TRABALHO E COTIDIANO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Banca Avaliadora da FAPCOM - Faculdade Paulus De Comunicação, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientadora Prof^a. Ms. Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala

SÃO PAULO

2014

Coutinho, Andreia Braga

Vidas encarceradas: a rotina do agente penitenciário / Guilherme Henrique de Oliveira, Nathan Xavier, Vanessa Ramos. São Paulo, 2014.

102 f.: il.; 30cm.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, São Paulo, 2014.

Orientação: Prof. Ms. Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala.

I. Oliveira, Guilherme Henrique II. Xavier, Nathan III. Ramos, Vanessa, IV. Título

ANDRÉIA BRAGA COUTINHO
GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA
NATHAN XAVIER
VANESSA RAMOS

VIDAS ENCARCERADAS
TRABALHO E COTIDIANO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Banca Avaliadora da FAPCOM - Faculdade Paulus De Comunicação, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientadora Prof^a. Ms. Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala

Local e data de aprovação

São Paulo, (dia) de Junho de 2014

Prof^a Ms. Lilian Crepaldi de Oliveira
Ayala

Nome do Professor:

Nome do Professor:

AGRADECIMENTOS

À nossa professora e orientadora Lilian Crepaldi, por suas informações precisas e certeiras, por sua confiança, compreensão e parceria, em todos os momentos. Pelas trocas de experiências e por ter nos defendido, disciplinado e orientado, não somente para o projeto, mas também para a vida, particular, acadêmica e profissional.

Ao professor Maurício Gasparotto, pelo apoio e pelas primeiras orientações e ideias a respeito deste projeto e pela compreensão e solidariedade com o grupo no período mais delicado de todos: o começo.

Ao professor Wagner Belmonte, por incentivar a escolha do tema e sugerir fontes e contatos importantes para a construção deste trabalho.

À jornalista Fatima Souza, por ter nos recebido em sua casa, enriquecido este projeto com informações e dicas extremamente importantes, que nos ajudaram a compor a atmosfera e a realidade do sistema penitenciário, e por dividir conosco um pouco de sua vasta experiência como jornalista.

A Ana Paula Cochar, Beatriz Ferreira, Luiz Carvalho e Priscila Guevara, por terem incentivado a continuidade deste projeto, pela partilha de ideias, pelos textos lidos diversas vezes e pelo amor, paciência e companheirismo.

A todos os nossos familiares e amigos pela compreensão das ausências, oscilações de humor, convites não aceitos e viagens desmarcadas. E a todos que, com palpites, dicas e conselhos, contribuíram para a concretização deste livro.

Aos amigos, e agora colegas de profissão, Amanda Louise, Paulo Teixeira e Rafaela Rizzo, por terem sido “especiais” junto conosco durante esses anos de dedicação aos estudos. Que sejamos todos muito bem-sucedidos nesta nova etapa.

Por fim, agradecemos imensamente a todos os agentes penitenciários que colaboraram conosco. Gostaríamos muito de citar o nome de cada um deles, mas, infelizmente, precisamos escondê-los atrás de pseudônimos. Muito obrigado por compartilharem suas histórias, experiências e opiniões conosco!

RESUMO

COUTINHO, Andreia Braga. *Vidas Encarceradas: trabalho e o cotidiano dos agentes penitenciários de São Paulo*/ Andreia Braga Coutinho, Guilherme Henrique de Oliveira, Nathan Xavier e Vanessa Ramos. São Paulo, 2014. 180f.

O Trabalho de Conclusão de Curso aborda o cotidiano dos agentes de segurança penitenciária, com o intuito de responder de que forma o ofício dos guardas prisionais (ambos os gêneros), nos presídios paulistas, afeta a sua saúde física e psíquica e interfere no cotidiano profissional e pessoal. O quanto o estresse diário, a insegurança e a indiferença do Estado provocam ou geram doenças nestes profissionais. Por meio de entrevistas, produziu-se um livro-reportagem a partir dos relatos desses trabalhadores, que são os interlocutores entre o mundo de dentro e fora das grades. Além destes, foram entrevistados familiares dos agentes e jornalistas experientes na área, procurando abordar de forma ampla o tema. Observou-se que a realidade destes servidores públicos deve ser vista pela sociedade, seja no aspecto dos direitos humanos, seja na falta de assistência fornecida pelo governo à estrutura das cadeias e a esses trabalhadores que atuam no contexto do sistema prisional, frente a frente com os presidiários.

Palavras Chaves: Jornalismo; Livro-Reportagem; Agentes Penitenciários; Saúde; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The thesis of conclusion of this course approach the day basis routine of the prison security agent. The main is to answer how it affects their physical and mental health on day to day regarding their professional and personal life. How much daily stress, insecurity and indifference of the government provoke or generate these occupational diseases. Through interview, a book report will be created using the testimonials from people interviewed because they are considered part of both the world, in and out of the prison system. In addition, families of agents and experienced journalists in the area were interviewed, seeking to address broadly the subject. It is believed that the reality of public service workers should be observed by society regarding their human right and the lack of assistance provided by governments.

Key Words: Journalism; Book Report; Correctional Officers; Health; Human Rights.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 7 |
| 1.1 Justificativa | 9 |
| 1.2 Procedimentos Metodológicos..... | 13 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 15 |
| 2.1 Formato: Livro Reportagem | 15 |
| 2.2 Gêneros: Jornalismo Literário, Jornalismo Investigativo e Perfis | 16 |
| 2.2.2 Jornalismo Investigativo..... | 17 |
| 2.2.3 Perfil | 19 |
| 2.3 Breve Histórico Do Sistema Penitenciário | 24 |
| 2.4 Os guardas prisionais e a cadeia | 28 |
| 2.5 A experiência dos agentes prisionais | 31 |
| 2.6 Doenças ocupacionais | 33 |
| 2.7 A sociedade, o olhar e o medo | 38 |
| 2.8 Facções criminosas | 39 |
| 2.8.1 A imprensa descobre o partido do crime | 40 |
| 2.9 Análise de mídia | 45 |
| 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | 54 |
| 3.1 Pré-projeto em busca dos personagens principais..... | 55 |
| 3.2 A construção do livro-reportagem e do relatório final..... | 57 |
| 3.3 Os personagens principais..... | 68 |
| 3.4 Minibiografias das fontes secundárias | 69 |
| 3.5 Finalização | 73 |
| 3.6 Orçamento | 76 |
| 3.7 Cronograma de atividades | 77 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |

| | |
|---------------------------------|-----------|
| REFERÊNCIAS | 81 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS | 84 |
| ANEXOS..... | 85 |

1. INTRODUÇÃO

O agente penitenciário é o trabalhador que diariamente cumpre a missão de manter em custódia pessoas transgressoras da lei. Pode ter contato com indivíduos que cometeram crimes leves, como pequenos furtos, ou com outros mais perigosos, os acusados de assassinato, líderes de cartel de tráfico de drogas, sequestradores e estupradores.

A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi produzir um livro-reportagem a partir dos relatos desses trabalhadores, que são os interlocutores entre o mundo de dentro das grades e o de fora, junto à sociedade. Para a linguagem, optou-se pelo gênero literário do jornalismo¹. Em relação ao processo produtivo, o livro-reportagem culminou num trabalho investigativo².

De acordo com o dirigente sindical, Luiz da Silva Filho, entrevistado pelo grupo em agosto de 2013, existe um clima de insegurança permanente e o maior índice de afastamento é por problemas psicológicos. Ele também ressalta que há uma ausência de funcionários no Estado, pois as condições de trabalho são péssimas, com superlotação dos presídios, facções estabelecidas, salário defasado, falta de segurança e de diálogo do governo, além da situação dos servidores que morrem, adoecem ou se aposentam.

Sobre a realidade da administração penitenciária, dados do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp)³ afirmam que no sistema prisional paulista trabalham 35.800 funcionários para 207 mil sentenciados. Em 157 unidades prisionais existem 90 mil vagas existentes, o que comprova a superlotação das cadeias. Ao considerar somente os carcereiros⁴ são, segundo publicação do Diário Oficial de São Paulo, 23.653 trabalhadores, ou seja, uma média de oito detentos por agente.

¹ Ver em Referencial Teórico, Gênero e Perfis.

² Ver em Referencial Teórico, Gênero e Perfis.

³ Dados adquiridos em entrevistas feitas na sede do Sifuspesp, em setembro de 2013.

⁴ O nome formal dado a essa categoria é “Agente de Segurança Penitenciária” - ASPs, trabalhadores que neste TCC serão chamados de agente prisional, guardas, agente penitenciário ou carcereiro.

Essa compreensão do mundo dos agentes penitenciários culminou no seguinte problema de pesquisa: *de que forma o trabalho nos presídios paulistas afeta a saúde física e psíquica e interfere no cotidiano profissional e pessoal dos agentes de segurança penitenciária (ambos os gêneros)?*

Como caminho para a investigação de possíveis repostas ao problema, foram desenvolvidas as hipóteses: 1-Os agentes penitenciários desenvolvem doenças psíquicas, como depressão, síndrome do pânico e ansiedade, e físicas, como cardiovasculares e respiratórias; 2-O descaso quanto à falta de infraestrutura adequada e de condições trabalhistas, como baixos salários, gera estresse nesses trabalhadores; 3-O convívio diário com a violência dificulta ao agente discernir os papéis diferenciados que vive enquanto trabalhador, pai, amigo, marido; e 4- A impunidade praticada pelo Estado faz o agente penitenciário desacreditar na efetividade do sistema prisional da forma como existe.

Desta forma, o objetivo geral do livro-reportagem foi compreender de que forma o trabalho nos presídios paulistas afeta a saúde física e psíquica e interfere no cotidiano profissional e pessoal dos agentes de segurança penitenciária. E os objetivos específicos delineados foram: entender o trabalho nos presídios, a sua realidade e o cotidiano pessoal e profissional dos agentes penitenciários; levantar dados oficiais do governo do Estado, dos sindicatos dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspep), dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista (Sindcop) e dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (Sindasp), Ministério Público, Defensoria Pública e outras instituições que possam falar sobre as condições de trabalho e de saúde física e psíquica dos agentes penitenciários paulistas; relatar aspectos da vida familiar dos agentes de segurança penitenciária; descrever a estrutura e a rotina do sistema penitenciário; mapear as principais doenças ocupacionais dos agentes penitenciários; pontuar as diferenças relacionadas aos gêneros.

Com todos os pontos apresentados, a intenção do livro-reportagem foi desenhar o retrato dos agentes penitenciários com a maior riqueza de detalhes possível. E com isso, a partir de seus depoimentos e de fontes como: Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, sindicatos, familiares, amigos, ativistas e jornalistas policiais. Com isso, tentar checar se os agentes

penitenciários realmente adquirem doenças por conta da atividade profissional exercida.

1.1 Justificativa

No aspecto pessoal, temas que envolvem o cotidiano da vida e interferem nas relações humanas da sociedade são de interesse comum do grupo. A motivação inicial para a pesquisa se deu a partir de uma reportagem elaborada por uma das integrantes para a disciplina de Jornalismo Literário, cuja professora também orientou o projeto.

Dentre as propostas em sala de aula, o “medo” foi escolhido como eixo para a coleta de informações, busca de personagens e elaboração do material. A motivação partiu de um exercício de repórter, quando a aluna conheceu o agente de segurança penitenciária Sidnei Oliveira, que ingressou nos presídios paulistas aos 32 anos e, após ter passado por rebeliões e ter sido testemunha de mortes de amigos próximos, sofreu com problemas psicológicos e cardíacos que o levaram a se aposentar, após seis anos de trabalho.

A convivência e amizade no dia a dia da faculdade fizeram com que o grupo conhecesse a história desse trabalhador e se interessasse pelo tema, considerado complexo. A partir do contato com Sidnei e dirigentes do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspep) foi possível compreender um pouco a situação que os servidores vivem.

Em entrevistas realizadas no final de 2012 e no primeiro semestre de 2013⁵, diretores de diferentes departamentos do sindicato afirmaram que os trabalhadores do sistema prisional são vítimas frequentes da violência no Estado de São Paulo.

Entre os principais motivos desse problema, os dirigentes da entidade apontam a superlotação das cadeias, a precariedade dos ambientes e a presença de organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), que atuam dentro dos presídios paulistas, ocupando uma lacuna institucional deixada vaga pelo Estado pela ausência de políticas públicas adequadas.

⁵ Entrevistas feitas na sede do Sifuspep, em abril de 2012 e agosto de 2013.

Quanto à presença de organizações criminosas, padre Valdir João Silveira, representante da Pastoral Carcerária da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Estado de São Paulo, explica:

Os grupos e facções do crime surgiram pela lacuna do Estado. Num primeiro momento, para se protegerem contra a violência e a tortura com que o Estado agia. Depois, para criar uma ordem entre os presos, pois havia extorsão, exploração e violência sexual de preso para com preso, então o crime se estruturou para impedir essa desordem toda⁶ (ESTUDOS AVANÇADOS, 2007, p. 210).

Assim, o cotidiano dos agentes de segurança penitenciária que convivem com esta realidade, em especial os que adoecem no sistema, justificou, no aspecto social, o interesse do grupo quanto a experiências no cárcere.

A respeito da saúde mental, segundo o psicólogo Arlindo da Silva Lourenço, autor do estudo de doutorado “O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários” (2010), os ASPs não têm uma vida comum que pode ser comparada a de outros trabalhadores.

O pesquisador cita, entre as suas referências bibliográficas, a médica psiquiatra e professora aposentada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Edith Seligmann Silva. De acordo com ela:

Existem tarefas que por sua natureza e conteúdo envolvem a esfera psicoafetiva. Os exemplos poderiam ser numerosos. Lembremos as situações que envolvem riscos para a própria vida ou integridade física; as que exigem permanente e intenso autocontrole emocional; as que implicam em elevadas responsabilidades com vidas humanas, com valores vultuosos ou com a própria continuidade da produção (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.613 *apud* LOURENÇO, 2010, p. 41).

Segundo Cassiano Ricardo Rumin (2006), a situação de violência é fato que deve ser considerado na realidade dos agentes. Ele cita, em artigo acadêmico, exemplos para afirmar que o risco de situações conflituosas é perpetrado no dia a dia dentro dos presídios, ao passo que não é dada a devida atenção aos servidores, pelo estado, fora do ambiente das cadeias.

Em alguns momentos, são encontradas cartas, em poder dos sentenciados, que contém listas com os nomes dos ASPs que devem ser executados em

⁶ "A realidade dos presídios na visão da Pastoral Carcerária", Entrevista com o Padre Valdir J. Silveira, Estudos Avançados, v. 21, n. 61, São Paulo, set./dez. 2007, p. 209-220.
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a14v2161.pdf>> acesso em 20.set.2013.

momentos de rebelião. Nesses momentos, os trabalhadores elencados nas listas de execução são remanejados para funções administrativas ou afastados do contato mais próximo com os detentos, assumindo postos de trabalho tais como os portões de acesso à muralha prisional. Entretanto, o medo relativo ao risco de morte no espaço fora do trabalho não é abarcado por essa medida administrativa (RUMIN, 2006, p.576-577).

Para Lourenço (2010), o desgaste do tipo de trabalho exercido causa consequências irreversíveis.

O agente de segurança relata que a vivência cotidiana nas prisões, o fato de estar também atrás das grades resulta, após certo período de trabalho, na impressão de que ele também está cumprindo pena. Consequentemente, seu comportamento sofre essa alteração. Essa mudança foi denominada por um agente com síndrome de emparedamento (medo de conviver em lugares abertos) e se manifestaria por uma série de comportamentos similares aos dos sentenciados – linguagem e gestos – o que o agente passaria a expressar (LOPES, 1998, p. 134 *apud* LOURENÇO, 2010, p. 42).

Sobre as doenças, afastamento e aposentaria dos agentes, três perguntas foram enviadas à assessoria de imprensa da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo que alegou, por motivos de segurança, não poder respondê-las⁷.

Em relação ao que justificou esta pesquisa, no aspecto profissional, o grupo acredita que o jornalista deve ter o compromisso social de aprofundar a avaliação de assuntos que ajudem a explicar a defasagem do estado em cumprir seu papel em relação a assuntos de grande relevância, como a segurança pública. A realidade dos trabalhadores do serviço público deve ser observada pela sociedade, seja no aspecto dos direitos humanos e na valorização dos servidores, seja na falta de assistência fornecida pelo governo a esses trabalhadores.

A fim de desvendar os problemas que cercam os agentes penitenciários, o grupo utilizará conhecimentos adquiridos no curso de graduação, como a realização de entrevistas. Esta que, segundo Cremilda Medina (2004, p.5), não pode ser considerada como simples técnica. Para ela, “se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo”.

⁷ Ver em atividades desenvolvidas

Características intrínsecas à área, como as apresentadas na obra “Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir”, também serão consideradas.

Jornalismo é contar uma história com uma finalidade. A finalidade é fornecer às pessoas informação que precisam para entender o mundo. O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar suas vidas. O segundo desafio é tornar essa informação significativa, relevante e envolvente (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.226).

A partir do mergulho na história dos ASPs que atuam no Estado de São Paulo, tem-se a perspectiva de informar como os servidores públicos são tratados e as consequências do ofício na saúde. A reportagem é uma longa travessia que contraria as práticas e os limites de tempo sempre estritos da notícia. Se a notícia é o urgente relato de um fato.

A reportagem é a descrição ampliada e circunstanciada desse acontecimento. É um jogo de paciência onde a investigação vence a ancestral impaciência da redação pelo resultado diário, pela apuração cotidiana (CUNHA, 2008).

Para se cumprir isso, o cotidiano dos agentes e a relação em sociedade serão elementos cruciais considerados na observação e no diálogo. Assim, o formato livro-reportagem foi o ideal para os objetivos do projeto.

Veículo de comunicação jornalística não periódica, o livro-reportagem é um produto cultural contemporâneo bastante peculiar. De um lado, amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como que concedendo uma espécie de sobrevida aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas e emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante aventura da viagem pelo conhecimento da contemporaneidade (LIMA, 1993, p.7).

Sodré e Ferrari (1986, p. 15) pontuam que as principais características de uma reportagem são “predominância da forma narrativa; humanização do relato; texto de natureza impressionista; e a objetividade dos fatos narrados”.

Assim, o grupo procurou manter a ética na atividade jornalística, de acordo com as orientações de Ciro Marcondes Filho, no livro “A saga dos cães perdidos”.

Há deslizes éticos relativos à forma de conseguir e divulgar as informações. Eles estão associados a várias formas de desrespeito ao outro com a finalidade de conseguir um furo. Como os meios de comunicação vivem e estimulam o impacto, o valor da verdade da informação fica em segundo plano, importando o efeito choque (MARCONDES FILHO, 2002, p. 132).

Por fim, no âmbito pessoal, profissional e social, acredita-se que o projeto foi fiel aos relatos fornecidos pelos personagens principais pelo viés do “valor-verdade” da reportagem sem, contudo, deixar fluir características literárias e o jornalismo como exercício de cidadania e a serviço da sociedade.

1.2 Procedimentos metodológicos

Para a construção do projeto foi essencial pesquisar exaustivamente. A partir dessa premissa, o grupo procurou fugir da superficialidade, bem como responder ao problema e hipóteses estabelecidas no pré-projeto.

Segundo Gil (2008, p.18-19), a escolha para a elaboração de uma pesquisa “pode ser de cunho intelectual, pela paixão do conhecimento, ou de cunho prático, para melhoria de um ponto de vista ou solução de algo pré-existente”.

Qualquer investigação que trate sobre agentes penitenciários exige cuidado e discernimento. Por isso, as pesquisas exploratórias e, conseqüentemente, bibliográficas foram cercadas de obras que ajudaram a entender o comportamento do agente penitenciário diante do funcionamento do sistema prisional paulista.

A pesquisa bibliográfica com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fonte bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2008, pg. 44).

Um das inspirações quanto ao tema do trabalho foi o livro *Carcereiros*, do médico e jornalista Drauzio Varella. Na obra, o autor relata a rotina dentro e fora das prisões em que seus amigos, agente penitenciários, viveram. O projeto contém também autores que destrincharam o sistema prisional como Josmar Jozino, no livro *Cobras e Lagartos*, e Fatima Souza, no livro *PCC, a facção* e o jornalista André Caramante. Também servem de base outros livros e trabalhos acadêmicos, como Michel Foucault, Eduardo Galeano, Arlindo Lourenço e Pedro Bodê de Moraes, que ajudaram a entender e fundamentar o conceito de violência, direitos humanos, saúde e medo.

As fontes documentais foram base para provar ou indicar as condições de trabalho do agente penitenciário e entender suas principais reivindicações e problemas.

Na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins e etc. (GIL, 2008, pg. 46).

A pesquisa documental do trabalho contém informações de representações oficiais como Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp), Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e notícias de portais de conteúdo sobre o tema.

Para conversar com os trabalhadores, o grupo acompanhou atos públicos que envolveram a participação de agentes penitenciários, com o objetivo de conhecer os guardas prisionais como personagem-indivíduo. Sodré e Ferrari (1986, p. 15) descrevem que, neste tipo de perfil, "o retrato é mais psicológico do que referencial – o interesse recai sobre a atitude do entrevistado diante da vida, seu comportamento, sua peculiaridade de seu modo de atuação". Também foram realizadas viagens para a casa dos agentes para conhecimento de suas atividades, comportamento e possíveis problemas de saúde.

A entrevista foi a técnica para obtenção das respostas ao trabalho, mas não de maneira distante e isolada do entrevistado. A vida do agente penitenciário foi explorada, para conhecimento de todas as suas possíveis reações e, com isso, o desenvolvimento de um diálogo produtivo.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. (MEDINA, 2004, pg. 08).

Os personagens da entrevista foram os agentes penitenciários (homens e mulheres). O objetivo foi entender, por meio de seus relatos, como sua atividade profissional interfere a vida pessoal, a saúde e o cotidiano desses servidores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formato: livro reportagem

O projeto consistiu na criação de um livro-reportagem com as situações vividas por agentes de segurança pública e se estas interferiram em sua saúde física ou mental. Edvaldo Pereira Lima (2004) distingue a reportagem do dia-dia do livro-reportagem. A segunda contém direcionamento mais apurado e denso do que a primeira.

Livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. (LIMA, 2004, p.26).

Lima⁸ (2004) observa que o livro-reportagem utiliza dos aspectos do jornalismo literário para traduzir melhor as situações, com detalhamento. Possibilita, assim, a composição do personagem, do cenário, de tudo que passa ao redor do tema tratado. O autor também define a função do livro-reportagem.

Informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, de modo que ofereça ao leitor um quadro da contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo. (LIMA, 2004)

Eduardo Belo (2006) diz que o livro-reportagem é o material onde fica concentrado a maior parte e a mais organizada de um assunto. E ainda considera uma das mídias mais ricas para se experimentar e usar a técnica jornalística, aprofundando a abordagem e construindo uma narrativa. O autor ressalta que o livro-reportagem pode ser prejudicado em relação ao acesso de informações, mesmo que públicas.

Livros reportagens costumam ser mais prodígios em relação à documentação do que outras produções jornalísticas, mas há ainda imenso manancial a explorar. Dois fatores tristemente comuns no Brasil ajudaram a limitar a prática, mas não servem de pretexto para abandoná-la: a dificuldade de acesso a informações e bancos de dados – inclusive públicos – e a precariedade das estatísticas (BELO, 2006, p. 96).

⁸ Lima, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2004.

Lima (2004) também defende que, assim como no jornalismo cotidiano, em que a notícia é o catalisador, em um livro-reportagem é a grande reportagem que é o seu motor propulsor. Os tipos de livros-reportagem usados no projeto foram o livro-reportagem-perfil e o livro-reportagem-denúncia. O primeiro evidencia o lado humano de uma personagem pública ou anônima e o segundo possui o propósito investigativo de identificar injustiças, abusos, desmandos e incorreções, levantando casos marcados pelo escândalo. Estes estilos foram utilizados porque coincidem com a intenção de criar o retrato do agente penitenciário, desvendando possíveis abusos ou situações precárias que este trabalhador possa passar e, como consequência, causar problemas de saúde física e mental, além de alteração de comportamento.

2.2 Gêneros: jornalismo literário, jornalismo investigativo e perfis

2.2.1 Jornalismo literário

Felipe Pena (2006) ressalta que o jornalismo literário faz-se presente na composição do livro-reportagem, pois com este recurso é possível reconstruir os pontos de vista dos entrevistados, sem ser uma mera transcrição do que foi dito. Com isso, contrapor o que foi coletado com os agentes e o que os levantamentos oficiais dizem. E, assim, responder ao problema da pesquisa.

O detalhamento do ambiente, as expressões faciais, os costumes e todas as outras descrições só farão sentido se o repórter souber lidar com os símbolos. Se puder atribuir significados a eles e, mais importante ainda, se tiver a sensibilidade para projetar a ressignificação feita pelo leitor. (PENA, 2006, p. 55).

Rogério Borges (2013) conta que para o minucioso trabalho de perceber alterações no comportamento, mesmo que mínimas, do entrevistado é necessário enxergar além do que o cerca. O agente penitenciário é uma pessoa, como todas as outras, por isso, inicialmente, o esforço foi direcionado para coleta de informações do contexto que os envolvem.

O Jornalismo Literário amplia sua compreensão com a observação atenta de comportamentos, gestos, olhares e até a inclusão de pausas e silêncios, aliadas a interpretação de sinais no entrevistado e em seu contexto. As descrições se enriquecem com que não é visto ou dito, mas é ocultado, deliberadamente ou não. Isso inclui tentativas de decifrar o pensamento do entrevistado estabelecendo correlações, inferências, deduzindo reações. (BORGES, 2013, p. 243).

Pena (2006) relata que o jornalista literário não pode ignorar e nem jogar as técnicas narrativas que aprendeu com o jornalismo diário. Ele deve desenvolvê-las a tal ponto que acaba criando novas estratégias profissionais e que os velhos e bons princípios continuam importantes, como apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente. O gênero literário também permite o detalhamento da personalidade, do visual e do gestual do entrevistado e da descrição dos ambientes em que estão inseridos.

No jornalismo, a verdade é a dos fatos, dos acontecimentos ocorridos e verificáveis, balizados e legitimados por testemunhos idôneos, que possam ser provados. É na realidade factível, observável que a verdade do discurso jornalístico se funda. Na literatura, por seu turno, essa regra é subvertida em favor do caráter estético e criador de quem escreve. É o terreno da ficção, em que a invenção, seja em que medida for, está autorizada. (BORGES, 2013, p. 115).

Apesar de contextualizar o ambiente do agente penitenciário, isso não implica em inventar situações ou descrever lugares que nunca existirão, mesmo que isso seja uma das características do jornalismo literário. Borges (2013) comenta que “Um dos pontos nevrálgicos entre discursos informativos e literários situa-se no estatuto da verdade que cada um carrega consigo”. A intenção foi usar os elementos que o jornalismo literário oferece e não romper com a realidade observada nos relatos coletados.

2.2.2 Jornalismo investigativo

Para Leandro Fortes (2007), as técnicas de jornalismo são muito parecidas em suas diversas matrizes. E que o resultado final de uma reportagem, independentemente do meio em que é produzida, vem da apuração do repórter. Para o trabalho ser considerado investigativo, Fortes elenca algumas características.

O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão. (FORTES, 2007, p. 35)

Pena (2008) alerta para que o jornalismo investigativo não seja confundido com denunciismo. Segundo ele, a prática é recorrente nos últimos anos, em que os jornalistas apenas reproduzem declarações de pessoas interessadas em falar, sem fazer a apuração adequada, ou seja, aquela onde todos os lados, por mais errados

que estejam, sejam ouvidos. E mesmo que depois a informação seja desmentida, no imaginário do público a informação inicial da denúncia permanecerá.

Esse foi o caminho que a construção do livro-reportagem evitou a todo custo, a fim de realizar uma apuração rica com a participação de todos os lados que cercam os agentes penitenciários, como as secretarias responsáveis, os sindicatos, jornalistas especializados, psicólogos e ativistas.

Cleofe Monteiro de Sequeira (2005) relata que, primeiramente, é preciso dizer que o termo jornalismo investigativo gera debate. Os jornalistas, especialmente os das antigas gerações, consideram que, por sua natureza, toda reportagem é investigativa, pois sua essência envolve apuração dos fatos, edição e posterior divulgação. O autor relata que entre os que fazem a defesa disso está o escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez.

Entre os que defendem essa linha de pensamento está o escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez, que declarou em 7 de outubro de 1966, na 52ª Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Los Angeles, Califórnia, que “La investigación no es una especialidad del oficio, sino que todo periodismo tiene que ser investigativo por definición⁹..” (SEQUEIRA, 2005, p.15)

Em contrapartida à declaração de Márquez na conferência de Los Angeles, Hurgo de Burgh (2008) define o que é jornalismo investigativo.

Um jornalista investigativo é um indivíduo cuja profissão é descobrir a verdade e identificar lapsos em qualquer mídia disponível. Isso costuma ser chamado de jornalismo investigativo e difere do trabalho aparentemente similar realizado pela polícia, advogados, auditores e instituições regulatórias, uma vez que não se limita ao público-alvo, não possui fundamentos legais e é estreitamente ligado à publicidade (BURGH, 2008, p. 10)

Fortes (2005) descreve que a evolução dos instrumentos tecnológicos fez as descobertas de elementos se banalizarem pela acessibilidade facilitada. Conhecer a vida que os agentes penitenciários levam é um processo de investigação. Consiste em levantar o máximo de informações não só com a entrevista corpo a corpo, mas também com o auxílio de fontes que tenham a ver com o conteúdo. No projeto,

⁹ Em tradução feita pelo grupo deste TCC para o português: “a investigação não é uma especialidade do ofício, pois todo o jornalismo deve ser investigativo por definição”.

foram: os sindicatos, o governo, os jornalistas especializados na cobertura policial, organizações do terceiro setor, familiares e colegas de trabalho.

O 'jornalista investigativo' passou a ser visto, dentro e fora da profissão, como uma espécie de entidade pronta para revelar os segredos da nação, sejam eles arquivos da ditadura ou os bastidores da demissão de um ministro qualquer. (FORTES, 2005, p. 22)

Para Pena (2008), o jornalismo investigativo busca a informação primária. E a investigação da vida dos agentes penitenciários foi necessária inicialmente para perceber que era preciso recorrer a outras fontes, não somente aos personagens. Pena (2008) descreve o objetivo e as ações que devem ser utilizados para atingir a missão de apuração da notícia.

Seu objetivo é transitar pelos bastidores das notícias, arrancando o véu opaco de acontecimentos obscuros, cujos protagonistas fazem de tudo para escondê-los. Investigar significa pesquisar, confrontar, verificar, analisar, insistir. Todos esses verbos no mesmo processo de produção jornalística. (PENA, 2008, p. 201)

Pena ressalta que as grandes reportagens investigativas, como os casos Watergate, PC Farias e anões do orçamento, contribuíram para a cidadania. E que o benefício deste segmento jornalístico "é promover questionamentos e debates sobre as matérias produzidas" (PENA, 2008). As mazelas em que os agentes penitenciários convivem diariamente escancaram uma realidade dura que o livro-reportagem produzido teve como finalidade denunciar.

2.2.3 Perfil

Traçar o perfil foi a oportunidade de definir uma identidade ao entrevistado, de ir além da coletar de um depoimento. Exigiu observar não só suas manias, gestos, respiração, modo de falar e estado de espírito, mas também os objetos que compõem o cenário da conversa. Além de, se possível, conversar com colegas ou parentes para enriquecer o contexto.

Para ir fundo na vida de uma pessoa ou de um lugar, é preciso, antes de mais nada, conhecê-lo bem. Estas informações prévias podem ser conseguidas tanto no arquivo do jornal como com pessoas ligadas ao assunto. (KOTSCHO, 2004, p. 42).

Sergio Vilas Boas (2003) explica que, para a criação de um perfil, é necessário "descolorir os aspectos noticiosos exteriores aos personagens. Assim, a

persona do escritor passa a ter mais importância do que o “gancho” para justificar jornalisticamente o perfil”. (BOAS, 2003, p.11).

Vilas Boas (2003) destaca que sujeito e obra são inseparáveis e com eliminação de apelos fáceis e óbvios, o que ganha importância é a entrevista, a vida da personagem, sua trajetória, seus altos e baixos e realizações. E com a criação, formulação e estilos definidos é possível extrair elementos que ajudarão a compreender melhor o indivíduo.

A construção do retrato do agente penitenciário, personagem principal deste projeto, se atentou na coleta de informações. A missão foi relatar a vida destes trabalhadores no campo profissional e pessoal com a ajuda de interlocutores, como: familiares, membros de organizações do terceiro setor, colegas de trabalho e o sindicato.

O autor tem de ter o domínio do tema, saber exatamente o que contar e que relações estabelecer ao longo da narrativa. Isso se consegue, primeiro, como o perfeito entendimento do assunto e, segundo, com uma apuração rica em detalhes e perspectivas. (BELO, 2006, p.47)

Vilas Boas (2003) relata que a diferença entre as biografias dos perfis é que, no segundo, o autor pode focalizar apenas alguns momentos da vida da pessoa. E a validade das informações e interpretações ali contidas pode ser curta, assim como o seu tamanho.

Para entender o que é ser agente penitenciário hoje foi necessário recorrer ao surgimento do ofício. Everaldo Carvalho, diretor da Cadeia Pública de Salvador, especialista em gestão de segurança e sociólogo, descreve brevemente a evolução.

Quem é o Agente Penitenciário afinal? Ele é aquele cujos antepassados evoluiu do carrasco para o carcereiro e do carcereiro para o guarda prisional. É o resultado da adaptação dos mecanismos punitivos do Estado às exigências dos contextos e conjunturas das sociedades contemporâneas. (CARVALHO, 2009)

Para conhecer pessoalmente a figura do agente penitenciário, o grupo foi a campo. O primeiro passo era relatar à fonte os objetivos da reportagem, pois qualquer declaração mal interpretada e inserida no livro poderia significar represálias aos trabalhadores.

É bom deixar bem claro, logo de cara, qual é o objetivo da matéria. O repórter tem que ganhar a confiança do entrevistado, para poder conseguir

arrancar tudo dele. Sempre é bom conversar um pouco antes de começar a matéria propriamente dita – sentir, estudar o outro como numa luta de boxe. (KOTSCHO, 2004, p. 42)

Apurar o dia-dia dos agentes penitenciários exigiu estudar, primeiramente, possíveis padrões de comportamento que eles poderiam vir a apresentar. A jornalista Thaís Oyama (2008) elencou oito perfis, que considera mais difíceis de serem entrevistados, são: o evasivo, o prolixo, o hostil, o fragilizado, o disperso, o ‘muitas vezes entrevistado’, o que não tem jeito e os que se enquadram em criminosos, acusados e suspeitos. O agente penitenciário, por exercer cargo público e, ser exposto ao risco de violência, se enquadrava, a priori, nos seguintes aspectos: evasivo, prolixo, hostil e fragilizado. Porém, com as entrevistas realizadas, percebemos que sete dos oito tipos de perfis foram utilizados. O único perfil que não foi percebido pelo grupo é o que se enquadra em *criminosos, acusados e suspeitos*. Pois nenhum entrevistado, ao longo das entrevistas, contaram se enquadrar neste contexto ou que o grupo tenha recebido alguma informação das outras fontes, como parentes, colegas de trabalho ou amigos, que levasse a este tipo de perfil.

O evasivo tem relação direta com o caráter investigativo de uma reportagem e tanto pode ocorrer porque a personagem não deseja ou não pode fornecer a informação ou não está disposto a falar e foi forçado por sua assessoria. Os agentes Guaracy e Sidnei Oliveira pediram que nem tudo que foi conversado fosse revelado para que possíveis represálias por parte de seus superiores ou inimigos acontecessem. Oyama recomenda quatro atitudes ao deparar-se com esta situação.

Quando o entrevistado se comporta mal, restam poucas opções ao repórter: Dar-lhe as costas e ir embora, engolir sua má educação e publicar (ou levar ao ar) uma entrevista ruim, ou tentar resolver o assunto com seu assessor de imprensa. (OYAMA, 2008, p. 63)

O prolixo pode se portar assim pela incapacidade de ser objetivo ou pelo que Oyama (2008) define como “incompetência do repórter em deixar claro que compreende perfeitamente o que diz”. E, em ambos os casos, é recomendável que o jornalista peça licença para resumir o que foi dito. Os quatro personagens principais da história (Rafael, Guaracy, Sidnei e Cássia) não foram tão prolixos quanto à descrição de Oyama, porém, contaram suas vidas, com grande riqueza de detalhes e o grupo teve o trabalho e o dever de pinçar as informações, depoimentos que

julgou mais contundentes para organização e construção do livro-reportagem diante da problemática estabelecida.

Oyama (2008) relata que o sujeito hostil possui características que podem ser fruto de algum problema que não tem relação com a conversa ou mesmo um ressentimento ou desconfiança em relação ao próprio jornalista, a outro do mesmo veículo ou até mesmo sobre a imprensa em geral. Nesta situação, se o objetivo do projeto não for devidamente esclarecido ou se não for compreendido, pode levar o entrevistado a ficar numa postura mais agressiva e receosa. Neste contexto, os quatro personagens principais do livro, ficaram inicialmente desconfiados com a proposta apresentada. Só depois de o grupo dialogar pessoalmente com eles, a tensão diminuiu, e conseqüentemente, a conversa transcorreu de forma tranquila e sem sobressaltos.

O tipo fragilizado, muitas vezes, representa um dilema para o entrevistador que pode sentir a necessidade de “proteger” a fonte de suas próprias palavras. “Aos repórteres cabe reportar – e não agir como árbitros, ‘decidindo’ destinos, ‘poupando’ ou deixando de ‘poupar’ entrevistados”, explica Oyama (2008, p.71). O agente Sidnei Oliveira se enquadrou no tipo fragilizado por se expor, de maneira bastante intensa, seus problemas de saúde. Filtrar o desabafo dado por ele, num momento de tensão, do fato que realmente aconteceu, sem se deixar levar pela emoção é o primeiro cuidado tomado na realização da sua entrevista.

O disperso, segundo Oyama (2008), é o que tem dificuldade da linearidade em seu discurso. Começa uma história, abre vários e vários parênteses até finalmente concluir o que foi perguntado ou colocado pelo entrevistador. Quando o grupo cobriu a assembleia¹⁰ dos agentes penitenciárias, ocorrida em março de 2014, os trabalhadores ouvidos, em entrevista, no formato ping-pong, que são perguntas curtas feitas para respostas curtas, várias vezes desviaram do foco do que foi questionado para contar um caso que acontecia ou que poderia vir acontecer mas que não interessava ao projeto.

Oyama (2008) descreve que O “muitas vezes entrevistado” é o indivíduo, de tanto falar com a imprensa, cria malícia, tem discurso pronto e sabe muito bem ser o

¹⁰ Ver em Atividades Desenvolvidas

“evasivo” e, se deixar, conduz a entrevista. Foram entrevistadas¹¹ várias personagens que, não revelados aqui para preservá-los, já deram depoimentos em outros livros ou que, frequentemente, são fontes de renomados jornalistas da área policial, ou seja, sabem muito bem o que falam e o que querem falar.

E, por último, o perfil de entrevistado que “não tem jeito”. É o que não te dará entrevista de forma nenhuma. No caso do projeto, foram alguns personagens secundários, como irmão do personagem Sidnei Oliveira, que não quis participar do livro por ser avesso a entrevistas.

Entender os perfis de entrevistados ajudou na prática a melhorar a conversa, “quebrar o gelo”, simplificar, ir direto ao ponto. E, com isso, ganhar tempo. Há situações em que foi possível organizar encontros em locais e horários estabelecidos. Já em outras, os entrevistados não tiveram lugar em suas agendas à disposição e, em algumas ocasiões, nem espaço físico.

A utilização de perfis, do jornalismo investigativo e do jornalismo literário na composição do livro-reportagem serviu para, entre outras coisas, desenvolver a personagem central da história, o agente penitenciário. O perfil e o jornalismo literário ajudaram na composição do comportamento, feição, amigos, traços, lugar onde trabalha e mora entre outras particularidades. Deram aos autores possibilidade de criar o universo dos presídios e da vida do carcereiro.

¹¹ Não foram citados para preservar as fontes.

2.3 Breve histórico do sistema penitenciário

São muitos filósofos e pensadores que refletiram sobre a questão da punição de um indivíduo quando este não cumpria seu papel na sociedade, a ordem imposta ou a moral aceita. Até meados do século XVIII, os condenados sofriam dolorosas punições corpóreas que possuíam os mais diversos tipos de violência: chibatadas, decepção de membros do corpo, queimaduras com fogo ou óleo quente, escoriações no rosto ou demais lugares do corpo, ser puxado por cavalos, entre outros. Na maioria das vezes, após passar por suplícios, o indivíduo falecia pelas torturas ou pelas penas de morte (FOUCAULT, 1987, p. 36).

De certa forma, o violento espetáculo, exibido de forma pública, visava mostrar a força de quem mandava, o poder e, muitas vezes, privava o próprio condenado de qualquer interferência no processo. Geralmente, ele nem sabia o motivo da suspeita, vindo a conhecer, na hora da punição, o porquê (FOUCAULT, 1987, p. 38).

A partir do século XVIII, os suplícios vão diminuindo e uma nova forma de condenação começa a ser utilizada. O motivo para isso vem de alguns vetores de transição na sociedade da época. Entre eles, os principais são a mudança do feudalismo para o mercantilismo (que fazia com que os crimes também se modificassem) e o pensamento de que era possível a correção do condenado até como forma de proteção da própria sociedade (FOUCAULT, 1987, p. 96-97). É nesse período que surgem as prisões de forma semelhante como conhecemos hoje, tendo, porém, o trabalho do prisioneiro como um dos elementos do sistema punitivo, visto como reparação pelo mal que causou à sociedade.

No Brasil, desde a colonização até um pouco após a proclamação da independência, em 1822, todas as formas de castigo e punição restringiam-se a legislação em vigor em Portugal (SALLA, 1999, p. 33). Eram as Ordenações Filipinas e abrangiam penas para delitos como blasfêmia, benzimento de bichos, sodomia, incesto, vadiagem, mexeriqueiros, judeus e mouros, deserções etc. Nenhuma pena previa o encarceramento isolado de outras formas de punição. Na verdade, a prisão servia apenas como:

um recurso coercitivo para o cumprimento de outras penas. Numa época que inexistiam meios mais sofisticados, burocratizados de fazer cumprir o

pagamento de uma multa, por exemplo, a detenção do indivíduo se tornava a garantia física, corporal, de que ele saldaria o pagamento imposto (SALLA, 1999, p. 34).

Durante muitos anos, na cidade de São Paulo, nunca existiu de fato um prédio com esse fim. Eram usados cômodos e casas alugadas até ser construída a Casa de Câmara e Cadeia em 1787. No andar térreo funcionava a cadeia e o andar superior era destinado à Câmara Municipal, embora algumas vezes, mesmo esse andar, tivesse alguns cômodos usados como cadeia. As celas que ficavam no térreo possuíam janelas voltadas para a rua de forma que toda a população ficava em contato direto com os condenados, facilitando a passagem de armas, facas, dinheiro e todo tipo de objetos (SALLA, 1999, p. 42).

Já nessa época, existia muita dificuldade em conseguir pessoas íntegras para o serviço de carcereiro. O salário baixo e o cargo de "muita sujeição e perigo" faziam com que só se sujeitassem

A servir nesta ocupação de carcereiro homens totalmente ineptos, e de nenhum credito, de que resulta a frequente fugida de presos, ou porque os ditos carcereiros se deixam subornar delles, ou por mera ineptidão" (*apud* SALLA, 1999, p. 38)¹²

Era sugerido à Câmara, inclusive, que na ausência de um carcereiro, uma pessoa fosse constrangida a aceitar o serviço.

Somente em 1830 as Ordenações Filipinas foram reelaboradas e foi criado o Código Criminal do Império, com adaptações à realidade brasileira, apesar de manter algumas penas da antiga regra, como a de morte. O argumento usado para mantê-la foi justamente a falta de segurança da cadeia: não havia meios de garantir a tranquilidade da sociedade (SALLA, 1999, p. 45). Mesmo assim, houve muito esforço, por parte do Imperador D. Pedro I, de acabar com as arbitrariedades que as autoridades policiais e judiciárias praticavam e que as brechas na antiga legislação permitiam. O novo código, por exemplo, previa o encarceramento de "pessoa livre" somente com ordem escrita por um juiz e a instauração de processos com prazos

¹² Fernando Salla transcreveu esse trecho de documentos manuscritos que estavam armazenados em latas no Arquivo do Estado. Esses documentos não continham muitas identificações, só se sabe que eram relatórios enviados a autoridades (conferir em SALLA, 1999, p. 25-26), por isso, ele em nenhum momento especifica o autor. Transcrevemos como encontramos no livro, com as características linguísticas da época.

determinados (SALLA, 1999, p. 43). O Código Criminal do Império refletia o pensamento liberal que o momento político exigia.

Porém, o novo código não conseguiu acabar com as lotações nas cadeias, quase sempre com número de presos maior que sua capacidade, as condições insalubres e a falta de higiene básica nas celas (SALLA, 1999, p. 49). Num relatório de uma comissão que inspecionava regularmente a cadeia, destacava que nem mesmo o carcereiro sabia quantos presos estavam retidos.

Foi num desses relatórios que apareceu, pela primeira vez, uma referência à promoção de um isolamento da cadeia com o restante da sociedade utilizando-se de muros para esse fim, visando garantir maior segurança e evitando fugas (SALLA, 1999, p.52). No relatório de 1834 surge uma grande inquietação com o grau de arbitrariedade dos carcereiros, a dificuldade em mantê-los no cargo e as irregularidades que cometiam no exercício da função.

No ano seguinte, a comissão volta a dar destaque sobre o problema dizendo que os carcereiros lançavam "á seo bel praser" os presos nas divisões da cadeia, misturando-os segundo outros critérios que não a categoria de seu crime: "os carcereiros metem nas enxovias aquelles que são presos por pronuncia, e que só os conservão na salla superior junto à enfermaria, quando lhes pagão algum estipendo para alcançarem este beneficio" (SALLA, 1999, p.56).

Com a queda da Monarquia e a Proclamação da República, uma nova legislação foi pensada. Porém, o chamado Código Penal de 1890 não foi exatamente um produto dos novos ideais políticos da república, mas um desdobramento das críticas que o Código do Império estava sofrendo desde meados de 1870 (SALLA, 1999, p. 145). Possuiu muitas mudanças relativas às penas e, basicamente, limitava as condenações à reclusão celular. Foram abolidas as penas de morte, de degredo, as diferentes penas segundo as condições do sentenciado (havia penas exclusivas aos escravos, por exemplo) e instituía a separação de infratores menores de idade dos demais.

Já em 1895, o senador Antonio Mercado defende a criação do cargo de diretor da Cadeia da Capital, função que seria exercida de forma exclusiva por pessoa preparada para tal. O que acontecia até então era o chefe de polícia nomear

um sargento para o cargo de carcereiro responsável. Essa prática era considerada simplista pelo senador e não dava vazão à responsabilidade que era controlar os presos, com tentativas de fugas constantes e confrontos destes com os carcereiros, que igualmente eram mal preparados, sem nenhuma qualificação e ganhando poucos salários. Nessa época, a Cadeia da Capital possuía um fluxo diário de 20 pessoas. Anualmente, eram recolhidos 3 a 4 mil presos.

A criação da Penitenciária Estadual, em 1920, parecia ser a salvação do sistema prisional. Arquitetonicamente planejada segundo as modernas teorias prisionais de então, possuía administração exemplar e era tida como modelo até meados de 1940. Porém, mesmo com o rígido controle e as tentativas de correção através do uso de teorias médicas e psicológicas, a Penitenciária Estadual foi lentamente distorcendo seu objetivo e tornando-se violenta e arbitrária.

Seu fracasso foi emblemático. A partir de então, a pauta prisional sai da discussão das políticas públicas e é deixada de lado.

É interessante notar algumas semelhanças narradas por Fernando Salla (1999) quando descreve o histórico e o funcionamento interno da Casa de Correção e depois da Penitenciária do Estado, pois traçam um curioso paralelo com o livro "Carcereiros", de Drauzio Varella. A arbitrariedade dos diretores e carcereiros descrita por Fernando Salla (1999), por exemplo, sobre a Casa de Correção na década de 1850 continuam a aparecer mais de 100 anos depois como se verá em Varella (2012), no item a seguir.

Além das arbitrariedades, que excediam qualquer pena prescrita, a ilegalidade que se sobrepunha ao poder judiciário, às superlotações, às fugas, às condições de higiene, à corrupção, entre outros, ainda aparece de forma predominante nos presídios de todo país atualmente. A cadeia "assemelha-se a uma escola de imoralidade erecta pelas Autoridades, paga pelos cofres públicos" (SALLA, 1999, p. 58). Esta afirmação, feita em 1841, de que a cadeia corrompe quando deveria emendar o indivíduo, parece soar como nova.

2.4 Os guardas prisionais e a cadeia

Os agentes prisionais¹³ entrevistados pelo grupo afirmaram que existe preconceito com a profissão de quem atua dentro dos presídios. Ao mesmo tempo, foram unânimes em dizer que são poucas as pessoas que se propõe ao ofício.

Segundo Moraes (2013), o guarda prisional tem como tarefa manter a disciplina dentro do presídio, local de trabalho que o deixa em uma fronteira entre o que diz a lei e a ordem, de acordo com o que rege a Constituição, e o crime e a desordem, construídos nas relações sociais dentro da cadeia.

No sistema prisional paulista, segundo dados de abril de 2014 da SAP de São Paulo, trabalham 35.803 funcionários. A pasta afirma que “por questão de segurança informa apenas o total de servidores”, portanto, não detalha a quantidade de agentes e outros funcionários por setor. Segundo publicação do Diário Oficial de São Paulo de 30 de abril de 2013, os Agentes de Segurança penitenciária somam 23.653 trabalhadores divididos em oito classes, que são os níveis para que o servidor possa, ao longo do tempo, alcançar o topo da carreira.¹⁴

No Estado de São Paulo, os condenados ocupam as 90 mil vagas existentes nas 157 unidades prisionais. A superlotação é um dos principais problemas, pois de acordo com os dados fornecidos pelo Sifuspesp, há um excedente de pelo menos 117 mil presos espalhados nas cadeias, mesmo considerando que este número se alterne com frequência.

Outra situação apresentada pela CPI de 2009 se refere à desvalorização dos servidores prisionais. Após a greve desses servidores em março de 2014, o salário de ASP será de R\$ 2.543,28 (classe I)¹⁵ a R\$ 3.753,02 (classe VIII). Porém, a

¹³ Profissionais que desempenham atividades de escolta e custódia de presos em movimentações externas e a guarda das unidades prisionais, visando evitar fuga ou arrebatamento de presos. As atribuições de escolta e custódia envolvem as ações de vigilância do preso durante o período de tempo no qual se fizer necessário, sua movimentação externa ou sua permanência em local diverso da unidade prisional. As atribuições de guarda envolvem as ações de vigilância da unidade prisional nas muralhas e guaritas que compõem as suas edificações. Quando no exercício de suas atividades, o Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária fica autorizado a portar arma de fogo. (Fonte: edital de inscrição para concurso público da SAP)

¹⁴ Informações constam do livro-reportagem do grupo.

¹⁵ Os ASPs possuem 8 classes (categorias), de acordo com o tempo de serviço. Nesta greve de 2014, os reajustes variaram entre 2,6% (para a classe VIII) e 11,9% (para a classe IV).

melhora das condições de trabalho e a diminuição da população carcerária, duas das principais reivindicações dos trabalhadores há anos, não ocorreram.

O fato é corroborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Nacional do Sistema Carcerário que, em 2009, entregou o relatório final¹⁶ sobre as condições do sistema penitenciário brasileiro. A equipe que compunha a comissão à época identificou esta realidade nos presídios paulistas. O Centro de Detenção Provisória I, de Pinheiros, por exemplo, na capital, abrigava 1.026 homens, onde caberiam 504; em Ribeirão Preto, no interior, um dos presídios em que viviam 1.500 presos, tinha a capacidade para 500.

Sobre as condições dos presídios, Varella (2012) descreveu, em um dos capítulos do livro *Carcereiros, ambientes no qual teve a oportunidade de conhecer na antiga Casa de Detenção, na zona norte da cidade de São Paulo.*

Passados 23 anos, ainda me lembro do impacto das imagens dos xadrezes do Amarelo, com oito e até dez homens jogados sobre pedaços de espuma de borracha no chão, sem fazer nada, embaçados por uma nuvem de fumaça de cigarro, com os parques pertences em sacos plásticos pendurados em pregos. As manchas enfileiradas que as cabeças dos presos deixavam ao encostar na parede. Alguns, apelidados de morcegos, instalavam redes que lhes permitiam pairar acima dos demais. (VARELLA, 2012, p. 63).

Para a CPI Nacional do Sistema Carcerário (BRASIL, 2009), a superlotação traz desgastes internos nos presídios, especialmente para os agentes penitenciários que convivem diariamente com os detentos.

A superlotação é talvez a mãe de todos os demais problemas do sistema carcerário. Celas superlotadas ocasionam insalubridade, doenças, motins, rebeliões, mortes, degradação da pessoa humana. A CPI encontrou homens amontoados como lixo humano em celas cheias, se revezando para dormir, ou dormindo em cima do vaso sanitário. (BRASIL, 2009, p. 244).

¹⁶ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. (Serie ação parlamentar; n. 384). 1. Comissão parlamentar de inquérito (CPI), relatório final, Brasil. 2 Sistema penitenciário, Brasil. I. Título II. Serie.

De acordo com Varella (2012), a situação de insalubridade se acentua ainda mais com relação aos espaços onde são alojados os “doentes mentais”. Certo dia, antes de abrir uma das celas ao médico, o diretor de segurança do presídio pediu a ele que se afastasse para evitar certo ‘bafo quente’ que poderia impregnar em sua roupa. Segundo o escritor, foi medida de pouca serventia, pois o “odor ácido, úmido, espesso e pegajoso” ficou para sempre em sua memória.

Espremidos nos xadrezes, alguns presos falavam sozinhos, enquanto outros davam berros repetidos em intervalos regulares, choravam agachados nos cantos, andavam nus em pequenos círculos, vestiam frangalhos molhados de urina e dormiam no chão sob o efeito dos medicamentos psiquiátricos receitados sem critério. Nunca havia imaginado que a condição humana pudesse ser degradada a esse nível. (VARELLA, 2012, p. 64).

Para Moraes (2003), o cenário de horror das cadeias e a necessidade de certa familiarização dos agentes prisionais no ambiente e perante os detentos gera como resultado imediato um estresse contínuo.

Compreender a situação dos presídios e as relações que travam dentro desses se revela importante para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois é o espaço ocupado pelos agentes penitenciários, os personagens principais com quem o grupo deverá se relacionar. Os quais, por tantas vezes, adoecem, se afastam ou se aposentam no sistema.

Além disso, poucas são as pesquisas no ambiente acadêmico que focam esses trabalhadores. De maneira geral, o grupo costuma aparecer de forma secundária. “Às especificidades de investigação em prisões somam-se outras quando se trata de pesquisa com os agentes penitenciários” (MORAES, 2013, p. 134).

Assim, o olhar diferenciado aos carcereiros torna-se imprescindível, pois segundo Varella (2012, p. 16), “a natureza do trabalho dos guardas de presídio pouco os diferencia da condição de prisioneiro, exceto o fato de que saem em liberdade no fim do dia”. Essas características ajudarão a conhecer o universo desses servidores que parecem ter uma difícil vivência.

2.5 A experiência dos agentes prisionais

O artigo de Pedro R. Bodê de Moraes, intitulado *A identidade e o papel de agentes penitenciários* (2013), utiliza a seguinte epígrafe: "pra segurar cadeia tem que ser doutor em cadeia". O dono desta frase é um agente prisional que concedeu entrevista ao autor, em 2005, quando este realizava trabalho de campo junto a esses trabalhadores para a elaboração de sua tese de doutorado.

A pesquisa o fez concluir que os doutores não eram os diretores das unidades prisionais, os advogados ou operadores do sistema penal, mas sim os guardas do cárcere porque, segundo Moraes (2013, p.131), o que fazem ou deixam de fazer tem grande importância na dinâmica da prisão, ao passo que o equilíbrio exige complexa interação entre os diversos atores do sistema penal.

Varella (2012) valoriza esta função ao citar a experiência do ASP José Araújo, ou 'seu Araújo', apresentado como herói do dia 2 de outubro de 1992, quando ocorreu a invasão da Casa de Detenção pela Polícia Militar de São Paulo, cuja consequência foi 111 mortes no Pavilhão 9 do presídio.

Na narração de Drauzio Varella (2012), o massacre teria sido pior se o agente penitenciário não tivesse atuado com maturidade, esperteza de anos de trabalho e o convencimento de 1.756 condenados reincidentes para que saíssem do pátio interno e do campo de futebol e permanecessem nas celas, num momento de rebelião. Seu Araújo e mais 12 colegas desarmados ficaram atentos todo o tempo, o que fez com que o matança não se alastresse para o Pavilhão 8 e se transformasse em uma história ainda mais grave do que a já conhecida. Na obra, Varella (2012, p.12) relata que seu Araújo jamais se esqueceu do que foi testemunha: "Vi sangue puxado como rodo na galeria."

Além do reconhecimento aos carcereiros como 'heróis', por meio dos pesquisadores e conhecedores da área, os agentes penitenciários também são avaliados pelos seus erros.

Ao traçar o panorama de um cotidiano vivido dentro de uma penitenciária feminina do Estado de São Paulo, Buckeridge (2011), apesar de ter como objeto de estudo a condição das mulheres encarceradas, não conteve o olhar sobre o trabalho das agentes penitenciárias femininas recém-chegadas ao presídio, a quem dedica

uma parte de seu trabalho. Ao indagá-las em certa ocasião sobre o que observavam no trabalho de servidoras mais velhas na função, afirmaram que ser ASPs nem sempre significava fazer algo correto. As respostas se originavam da vivência que estas tiveram com guardas que praticavam atividades ilícitas dentro da cadeia.

Drauzio (2012), narra em sua obra resquícios de violência e de decisão autônoma dos funcionários do estado, para além do que determina a lei. Um agente recém-chegado ao presídio contou ao escritor a sua surpresa quanto a uma decisão do diretor da unidade.

Na época da ditadura, chegou um cara que tinha matado o pai para roubar o dinheiro guardado em casa. O diretor disse que um filho desnaturado como aquele merecia sofrer. Deixou o cara sozinho num xadrez, completamente pelado, num mês de junho. De manhã, quando a gente fazia a contagem, encontrava ele num canto, todo encolhido. (VARELLA, 2012, p.67).

Com vivências como essa, o agente penitenciário vai endurecendo o coração aos poucos dentro da cadeia. De acordo com Varella (2012, p. 66), isso é regra dada pelos próprios sentenciados porque “embora fosse inevitável sentir pena de alguém, demonstrá-lo seria considerado manifestação de fraqueza, que despertava liberdades e atitudes indesejáveis”.

De acordo com Moraes (2013, p. 140), ainda que se afirme o mal-estar geral desses profissionais, “há interditos à admissão do sofrimento individual, uma vez que este é associado – tanto pelos colegas como pela “massa carcerária” – à fraqueza e fragilidade”, ressalta. É como se o agente penitenciário não pudesse, em nenhum momento, demonstrar insegurança ao outro com o qual divide o espaço de trabalho, muito menos dar resquícios disso aos presidiários, pois isso o qualificaria como vulnerável.

Outra situação descrita se refere a práticas de desvio de conduta. Os funcionários, segundo relatos contidos na obra de Varella (2012), são aliciados para a corrupção, como relata o escritor em uma das histórias. O personagem Juan Isidro certa vez esteve em uma dessas situações.

Segundo Varella (2012), Juan nunca havia se envolvido com corrupção, mas foi testemunha de um amigo que foi pego em tal situação e que, de tal modo, foi

obrigado pelo diretor-geral a pedir demissão. No mesmo período, este superior, temido pelos funcionários, o convidou a uma ida ao bar, momento em que disse ao funcionário que, se surgisse uma oportunidade de ganho, era para avisá-lo. O que incomodava o diretor, na verdade, era a existência de corrupção sem o seu conhecimento - o contrário era permitido. E, assim, Juan se envolveu numa situação que lhe permitiu ganhar uma boa porcentagem em dinheiro.

O envolvimento corrupto de trabalhadores do sistema já é fato conhecido em todo o país, conforme relato da CPI Nacional do Sistema Carcerário.

De camarões a armas, drogas, celulares, prostitutas. Tudo entra nas cadeias brasileiras se o preso tiver dinheiro para pagar. E a corrupção não envolve só os “peixinhos”, os agentes. Inclui diretores, assistentes de secretários, policiais civis e militares, advogados e funcionários de empresas terceirizadas. (BRASIL, 2009, p. 50)

Para Moraes (2013), é importante observar especialmente o papel do agente no contexto prisional. Segundo ele, minimizar ou secundarizar esses atores no que se refere ao equilíbrio das prisões pode trazer consequências para o entendimento das instituições prisionais.

Todas as situações apresentadas aqui têm relevância porque Varella (2012) e outros autores abordam até mesmo situações delicadas dentro do sistema prisional, onde há trocas de favorecimentos. As narrativas dos fatos demonstram coragem e ousadia em não se prender no romantismo de contar uma saga apenas de heróis. Ao mesmo tempo, demonstra como o meio pode influenciar de certa forma os que nele vivem.

2.6 Doenças ocupacionais

Na construção do ser trabalhador, o agente de segurança penitenciária sofre ônus psíquico e identitário, pois na cadeia os guardas precisam compreender tanto a dinâmica do ambiente como a dos presos. Em depoimento dado a Moraes (2013, p. 136), um ASP explica a adaptação à força no interior das prisões: “A gente começa a falar como presos, vestir como preso e vira uma extensão do preso”, afirma o agente se referindo ao espaço onde o número de presos é superior ao de funcionários.

Os problemas de saúde desencadeados nos agentes penitenciários são originados pelo dia-dia de suas atividades. Para Ademildo Passos Correia (2006), os ambientes físico, psicológico e institucional em que o exercício da profissão estão inseridos são determinantes para o entendimento da situação em que os trabalhadores se encontram. O primeiro refere-se às instalações físicas dos presídios, que, segundo Correia (2006), não estão preparadas para conter o preso e, conseqüentemente, desprotegem o servidor público.

A forma de se constatar esta análise são os reiterados episódios em que ocorreram fugas, motins, tentativas de fugas, uso de reféns para obtenção de benefícios pessoais, resgates de presos, atentados armados contra o patrimônio, entre outras investidas de presos e de facções. [...] Significa dizer que o estado de alerta, a tensão permanente são as condições marcantes na dinâmica penitenciária. (CORREIA, 2006, p. 14)

Já o psicológico, segundo Correia (2006, p. 16), diz respeito ao “complexo relacionamento com o criminoso que cumpre pena e o homem em processo de ressocialização”. Assim, o agente penitenciário tem como missão agir de maneira profissional e não deixar que o histórico de crimes afete sua conduta. Por ser o meio em que o detento tem de suprir suas necessidades, o trabalhador dos presídios sofre psicologicamente, porque o outro lado não medirá esforços para conseguir o que deseja.

Sempre que um detento apresenta uma necessidade é através do Agente Penitenciário, preliminarmente, que os encaminhamentos acontecerão. Esta responsabilidade instala na dimensão psicológica do agente penitenciário contradições significativas. (CORREIA, 2006, p. 18).

Segundo Moraes (2013), há 15 anos uma pesquisa realizada pela Academia Penitenciária de São Paulo, transformada no ano de 2000 em Escola da Administração Penitenciária, evidenciou que 30% dos ASPs demonstravam sinais de alcoolismo e um em cada dez padecia de distúrbios psicológicos.

Sobre o tema, perguntas foram enviadas à Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo que, em setembro deste ano, não respondeu aos questionamentos deste TCC. Contudo, as entrevistas esporádicas realizadas pelo grupo com agentes penitenciários do Estado de São Paulo, no segundo semestre de

2013, retratam problemas físicos e psíquicos que os trabalhadores enfrentam como decorrência da rotina nos presídios.

Tais condições explicam porque, numa pesquisa sobre as profissões mais estressantes, realizada em 1997 pelo Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade de Manchester, entre as 104 investigadas, a dos agentes penitenciários tenha ficado em primeiro lugar. (...) O impacto do trabalho na prisão sobre a vida dos agentes penitenciários ficou evidenciado em muitas respostas a duas perguntas que fiz: 'A prisão mudou você?' e 'Você teve algum problema de saúde que possa dizer que foi gerado pelo trabalho na prisão?' (MORAES, 2013, p. 133).

Moraes (2013) explica que as respostas dos agentes penitenciários entrevistados por ele, num primeiro momento, pouco evidenciaram as mudanças pessoais ocorridas como consequência do ofício, ou relataram enfermidades desencadeadas como o estresse profundo. No diálogo estabelecido com os personagens, o pesquisador identificou que as doenças de ordem física foram narradas antes do que as de ordem psicológica, característica esta apresentada por mais de um agente somente após insistência do entrevistador.

Outro levantamento feito por Correia (2006) revelou que, em um universo de 27 trabalhadores entrevistados no Estado do Paraná, por exemplo, 25 eram acometidos de dores sem causa física: de cabeça, abdominais, pernas, costas, peito e outras características; 19 ainda relatavam sofrer de alteração de sono: insônia ou sonolência excessiva; 17 diziam ter perda de energia, com desânimo, desinteresse, apatia e fadiga e 21 trabalhadores disseram sofrer de ansiedade.

Com relação aos afastamentos, 19 já estiveram apartados do serviço para tratamento de saúde, sendo que 15 agentes faziam uso de medicamentos de uso continuado para controle e/ou atenuação de alguma doença.

Para Varella (2012), além das válvulas de escape utilizadas pelos agentes penitenciários, como as bebidas, o contato com a violência deixa cicatrizes e marcas. O relato de um carcereiro justifica a sua afirmação.

Quem está lá fora pensa que a gente é insensível, mas quem apaga as desgraças da nossa mente? O olhar daquele preso ainda criança do outro lado da grade, implorando para que eu o ajudasse, me atormenta quando menos espero, no trabalho, na TV com meus filhos, no aniversário do sobrinho. Até quando

faço sexo com minha mulher, ele às vezes aparece. (VARELLA, 2012, p. 135).

Sobre as doenças, Correia (2006) cita a Síndrome de Burnout e o estresse como enfermidades provocadas nos profissionais que trabalham diretamente com a resolução de problemas de outras pessoas. Segundo ele, a primeira é o agravamento da segunda.

Nota-se que a Síndrome de Burnout difere do estresse, na medida em que esta doença envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho, enquanto o estresse se caracteriza mais como um esgotamento pessoal com interferência na vida do sujeito e não necessariamente na sua relação com o trabalho. (CORREIA, p. 34, 2006)

De acordo com Arlindo Lourenço da Silva¹⁷, muitos agentes morrem em média entre 40 e 45 anos. A morte tem relação direta com o ofício que desenvolvem. Diabetes, hipertensão, ganho de peso, estresse e depressão são alguns exemplos das doenças ocupacionais, somadas às péssimas condições de trabalho e a dificuldades de modificar o local onde atua.

Nesse sentido, vale ressaltar casos da vida real, como o descrito por Varella (2012) em um dos capítulos da obra *Carcereiros*, intitulado “Hulk”, nome de um agente que foi apelidado assim pelos colegas de trabalho. Varella (2012) diz que o personagem sempre foi homem íntegro, que sequer havia batido em algum sentenciado, pois preferia, ao contrário, usar a caneta como arma. O autor narra a sua descrição inicial.

Pai carinhoso e filho exemplar que não voltava para casa sem descer do ônibus dois pontos antes para passar pelo sobradinho da mãe viúva que vivia com uma irmã mais velha do que ela, estava sempre pronto para os que dele necessitassem, fossem familiares ou vizinhos do bairro. Diziam que seu coração era proporcional ao tamanho do corpo. (VARELLA, 2012, p. 54)

O autor descreve, contudo, que o comportamento do agente começou a mudar quando certa vez bateu em dois estupradores de um rapaz que foi violentado

¹⁷ PELLEGRINI, Marcelo. **Expectativa de vida de agentes penitenciários é de 45 anos**. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/?p=41743>>. Acesso em: 27 out. 2013.

na cadeia e levado ao hospital, promoveu uma sessão de tortura contra um preso e, na contradição da vida, chegou a salvar um sentenciado determinado a se suicidar.

Na cama, com a luz apagada, Hulk não viu sentido em rezar os três padre-nossos e as cinco ave-marias pela alma do pai e dos parentes que nem conhecera, como estava habituado a fazer desde pequeno. A mulher, os filhos que dormiam ao lado, a mãe e os vizinhos viviam em outro mundo, eram pessoas ingênuas, alheias às maldades que um ser humano é capaz de praticar, ao contrário dele, que não conseguia esquecer o olhar vazio do rapaz violentado. (VARELLA, 2012, p. 56).

A vida de Hulk é um exemplo importante na pesquisa realizada, pois a problemática do TCC questiona de que forma o trabalho de um agente penitenciário, de ambos os gêneros, interfere em seu cotidiano profissional e pessoal. Nas palavras do carcereiro, ele afirma: “Esse negócio de bater contamina a mente do cidadão. Ia chegando o fim da tarde, eu começava a ficar agitado, nervoso, enquanto não batesse num ladrão parece que não sossegava” (VARELLA, 2012, p. 57).

Depois do primeiro caso de violência promovido por ele na prisão, outros tantos passaram a acontecer, o que causou transformações na maneira de agir.

A família e os amigos se queixaram da mudança: pouco visitava a mãe e, assim que a tia-madrinha mencionava o primeiro dos achaques que a afligia, levantava e ia embora. Tornou-se ensimesmado, rígido com o comportamento dos filhos, desinteressado da companhia dos amigos de infância, quase não conversava com os parentes nas festas de família, segurá-lo até a hora do parabéns era um parto. (VARELLA, 2012, p. 56).

O caso de Hulk não parece ser uma exceção. Os trabalhadores que atuam no sistema prisional, segundo os autores aqui citados nesse capítulo, nunca mais serão os mesmos, após passarem por uma experiência traumática - seja ela qual for - dentro das cadeias.

Para piorar o cenário, Correia (2006) afirma os problemas referentes à saúde e segurança do trabalhador das cadeias não estão dimensionados ou sistematizados, não existe um programa ou uma previsão sobre o quadro de

segurança e saúde do trabalhador na área penitenciária. Segundo ele, não há, no nível institucional, nenhuma perspectiva de providência para mudar a situação.

2.7 A sociedade, o olhar e o medo

O escritor uruguaio Eduardo Galeano questiona no livro "De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso" (2009, p. 110): "Quem são os carcereiros, quem são os cativos? Poder-se-ia dizer que, de algum modo, todos nós estamos presos. Os que estão dentro das prisões e os que estão fora dela";

A situação dos agentes penitenciários em São Paulo e em outras partes do Brasil suscita a reflexão sobre a responsabilidade da sociedade sobre o assunto. Entre os últimos capítulos de "Carcereiros", intitulado "Implosão", ao relatar a cena da derrubada do presídio, testemunhada por um grupo de agentes, Varella (2012, p. 193-194) afirma que "a sociedade faz questão de ignorar o que se passa no interior dos presídios". Ele diz que é inacreditável que uma detenção do tamanho do Carandiru tenha permanecido no anonimato por tanto tempo. "A única explicação para esse fenômeno está na invisibilidade social reservada aos excluídos".

Ao citar as reflexões do sociólogo canadense Erving Goffman, Moraes (2013) diz, quanto aos espaços institucionais reservados aos excluídos, que a fachada é o que faz a intermediação entre os ambientes internos e externos de um local.

Trata-se de um espaço de segregação e isolamento daqueles que, supostamente, cometeram ofensas aos valores vigentes. A prisão torna-se, assim, uma instituição habitada por gente moralmente reprovável. (MORAES, 2013, p. 133).

Nesse contexto, Galeano (2009, p. 112) questiona mais uma vez se por acaso não é a sociedade a prisioneira do medo. "Os cativos do medo não sabem que estão presos. Mas os prisioneiros do sistema penas, que levam um número no peito, perderam a liberdade e perderam o direito de esquecer que a perderam", afirma.

Em tom de desabafo, Varella (2012) relata como a sociedade despreza o sistema prisional brasileiro. Fala da necessidade de recuperar os presidiários e da diminuição da população carcerária. Ressalta que, do jeito como está, a cadeia só forma mais bandidos.

Segundo Galeano (2012, p. 113) isso se dá porque “a justiça tapa os olhos para não ver de onde vem o que delinuiu, nem porque delinuiu, o que seria o primeiro passo de sua possível reabilitação”.

Para Varella (2012, p. 198), a conta nos presídios não fecha, ou seja, a quantidade de presos que entra é maior do que a que sai. Aponta que as soluções passam pela inserção de trabalho no cotidiano dos presos para a diminuição da pena, por uma maior agilidade nos trâmites jurídicos para deixar em semiaberto quem não representa perigo para sociedade e pela libertação dos que ainda estão presos, mesmo tendo cumprido a pena, por não conseguirem um advogado. O autor defende também a prevenção da bandidagem a partir de políticas públicas na área da educação, saúde e emprego, para que os jovens não enxerguem o crime como única alternativa.

As sugestões apresentadas acima são importantes para a reflexão de um ambiente que precisa ser modificado, local onde atuam os agentes de segurança penitenciária.

2.8 Facções criminosas

O crescimento do PCC ao longo dos anos foi um dos fatores que exerceu grande influência no dia a dia dos agentes penitenciários. De acordo com Varella (2012, p.25), o crime organizado dentro das prisões caracterizou uma “inversão de papéis” entre agentes penitenciários e presos. Para ele, o ‘Massacre do Carandiru’, que aconteceu em 2 de outubro de 1992 e deixou 111 presos mortos, executados pela Tropa de Choque da Polícia Militar na Casa de Detenção de São Paulo, foi um grande “divisor de águas na história das cadeias paulistas” (VARELLA, 2012).

O massacre repercutiu de maneira negativa em todo o mundo. Em São Paulo (JOZINO 2005, p.23), “muitos saudavam a atitude da PM e lamentavam pelo número de mortos não ter sido maior. Outros defendiam até a implosão do presídio com os detentos restantes dentro das celas”. Já os presos, inconformados, passaram a se organizar com o objetivo de lutar contra “a opressão dentro da prisão” (Jozino, 2005, p.36).

Segundo Jozino (2005), sempre foram comuns as denúncias de maus tratos dentro dos presídios, em particular na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (Piranhão), que, na época, era destinada a abrigar presos de alta periculosidade.

Segundo mulheres dos presos, no Piranhão, diretores e agentes penitenciários batiam nos presos sem preocupação em esconder a fama de torturadores. Jogavam água fria em presos doentes e com febre. A comida também era péssima. A fim de aguentarem a refeição, os detentos sempre pediam limão e farinha para as visitas. Não era raro surgir um inseto em meio à comida, e não necessariamente morto. (JOZINO, 2005, p. 25)

Enquanto as companheiras dos detentos se organizavam para dar voz às reivindicações, eles também procuravam maneiras de protestar. Uma das formas encontrada foi uma manifestação que ficou conhecida como “Bateria” (Jozino, 2005, p.27).

O anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté foi construído com 160 celas individuais. Assim, como forma de protestarem contra a direção da unidade prisional, e na impossibilidade de se articularem de outra forma, alguns presidiários combinaram de bater sem parar nas grades de suas celas. (JOZINO, 2005, p. 27-28).

Com o protesto e a ajuda de suas companheiras os presos conseguiram denunciar o espancamento de um preso, feito por agentes penitenciários. “O detento apanhou tanto que precisou levar 25 pontos na cabeça”. (JOZINO, 2005, p. 28). Foram ações como essa que marcaram o início da facção, fundada oficialmente em agosto de 1993, durante uma partida de futebol entre detentos no “Piranhão”.

O nome “Comando da Capital” foi escolhido para batizar o time vencedor do dia, todo formado por presos transferidos de São Paulo para Taubaté (Jozino 2005, p.31). Estes foram também os fundadores do partido: Mizael, Cesinha, Geleião, Cara Gorda, Paixão, Isaías esquisito, Dafé e Bicho Feio.

2.8.1 A imprensa descobre o partido do crime

Durante a cobertura de uma rebelião, no final de 1995, na cidade de Hortolândia, interior de São Paulo, a jornalista Fatima Souza (que percebeu o que seriam as primeiras pistas da existência do PCC: a organização dos presos, a presença de um detento que comandava os demais durante a rebelião – como se

repassasse ordens – e a articulação de uma lista de reivindicações, como “a solicitação da transferência de alguns detentos para outras penitenciárias” (SOUZA, 2007, P.08), o que viria, inclusive, a se tornar bastante comum nos anos seguintes, tanto por parte dos presos, como por parte do governo.

Para desvendar o mistério, Fatima foi atrás da voz de comando da rebelião em Hortolândia, e publicou uma entrevista exclusiva, veiculada na TV Bandeirantes. Foi essa a primeira vez que um dos porta-vozes do PCC falava sobre a existência de um comando organizado dentro das cadeias e a primeira de muitas denúncias feitas pela jornalista sobre a existência da facção (SOUZA, 2007, p.9).

Em 1997, Fatima divulgou (SOUZA, 2007, p. 14) o Estatuto do PCC, que formalizou, quase quatro anos depois da fundação da facção, sua existência e objetivos. “Pela primeira vez a sociedade brasileira ouviu a sigla PCC e soube que havia muito mais por trás das muralhas”.

A ideia – pode-se dizer até que romântica – era criar uma espécie de sindicato, um partido que defendesse os direitos dos presos. Pensaram que juntos, unidos e com representação em todas as cadeias, teriam mais facilidade para negociar, fosse a má qualidade da comida servida, a agilização de processos de presos ou a forma indigna como são tratados dentro dos presídios. (SOUZA, 2007, p. 15).

A secretaria de Estado da Administração Penitenciária e o Governo do Estado de São Paulo fizeram questão de rebater as denúncias sobre a existência do PCC, afirmando que tudo o que havia sido divulgado era uma ficção. Apenas em 2001 as autoridades admitiram a existência da facção, afirmando que era “um comando sem expressão, formado por poucos detentos que não iriam sobreviver ao sistema penitenciário” (SOUZA, 2007, p.29). A partir de então, com o intuito de enfraquecer o partido do crime, o governo transferiu seus líderes para outros presídios de São Paulo e do Brasil. Foi assim que ele ganhou ainda mais força e mais adeptos, dessa vez, em todo o país.

Expulsos de São Paulo, os líderes do PCC giraram por muitos estados, para onde levaram as ideias e os ideais da facção, tentando fazer a cabeça dos presos de outras regiões do país. [...] Levando sua “palavra” a detentos de outros estados, que logo receberam uma cópia do estatuto, a organização

promoveu rebeliões e fugas Brasil afora [...] Espalhando e exportando os chefes do comando, o governo paulista pretendia sufocar e enfraquecer a facção. O resultado foi inverso. (SOUZA, 2007, p. 30).

As transferências de líderes do partido do crime foram, rotineiramente, motivo de insatisfação para os presos. Todas as vezes que desejavam sair do castigo, voltar à cidade de origem, reivindicar algum direito, mostrar a força da facção ou fazer algum acerto de contas, os líderes da facção organizavam rebeliões. Em fevereiro de 2001 aconteceu a primeira megarrebelião organizada pelo partido. Com ela “os detentos queriam peitar o Estado, mostrar que eram capazes de parar trinta cadeias ao mesmo tempo e que eram os donos dos presídios” (SOUZA, 2007, p 54). Conseguiram. O evento teve repercussão internacional e mostrou o poder de articulação da facção.

Se para os presos a realização de rebeliões é uma espécie de carta na manga para a concretização das lutas e vinganças do partido do crime, para os agentes penitenciários elas representam um grande risco à integridade física e à vida. De acordo com a autora (SOUZA, 2007, p.171), “é comum que os detentos promovam rebeliões para cumprir alguma pena de morte decretada, transformando funcionários em reféns e tomando as chaves das celas”. Em 2001, uma rebelião na Penitenciária do Paraná, que começou após a tentativa frustrada de fuga de um dos líderes do PCC – transferidos pelo governo de São Paulo –, acabou em tragédia:

Na hora de tomar a cadeia, os 22 agentes penitenciários foram feitos reféns. Um deles, Luciano Aparecido Amâncio, de 30 anos, nervoso, não conseguiu abrir o cadeado de um portão. Foi o suficiente para irritar o detento José Reinaldo Repeck, que o esfaqueou. Luciano morreu na hora. (SOUZA, 2007, p. 123).

Em fevereiro de 2005, o palco da rebelião foi a Penitenciária I de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo, onde 20 funcionários foram feitos reféns, mas nenhum ficou ferido. Na ocasião, quatro detentos foram executados e tiveram as cabeças decepadas.

Do lado de fora do presídio era possível ouvir os gritos das vítimas. E também os gritos dos rebelados, comemorando a execução dos inimigos. A cada cabeça decepada, que era cravada em um bambu, os detentos do PCC subiam na laje do presídio e a exibiam como troféu. (SOUZA, 2007, p. 270).

Em 2006, uma onda de ataques e mortes “deixou São Paulo em pânico. Com medo do PCC.” (SOUZA, 2007, p. 284). O motivo foi a transferência de 765 presos considerados os “bandidos chefes mais importantes da facção” (SOUZA, 2007, p.287) para a Penitenciária de Presidente Venceslau II. Os presos reagiram paralisando 74 presídios e fazendo cerca de 500 funcionários reféns e, além disso, um exército foi enviado para as ruas com a missão de atacar e matar (SOUZA, 2007, p.286).

[...] em 100 horas de terror, o PCC fez 373 ataques. Queimou 82 ônibus. Jogou bombas em 17 agências bancárias. Matou 48 pessoas, entre policiais militares, civis e carcereiros e três cidadãos comuns. Feriu mais de 50. A polícia respondeu matando 110 bandidos. Números de uma guerra que durou quatro dias. (SOUZA, 2007, p. 286).

Embora sejam os eventos que mais repercutem na sociedade quando o tema é o sistema prisional, não são apenas as rebeliões que expõem os agentes penitenciários a situações de risco. A calma nos presídios e a rotina podem se transformar, de uma hora para a outra, no cenário perfeito para uma tentativa de fuga ou resgate de presos. Foi o que aconteceu em 6 de março de 2000, no Hospital Penitenciário do Carandiru (SOUZA, 2007, p.63), “quando, com bisturis e estiletes, sete presos renderam dez funcionários, entre enfermeiros (dos quais vestiram as roupas) e carcereiros, e fugiram de ambulância”.

Em outra ocasião (SOUZA, 2007, p.65-66), um homem aguardava na fila de visitas do CDP de Osasco, carregando um porta-guitarra nas mãos. Quando o funcionário percebeu “era tarde: o homem tirou a metralhadora de dentro do porta-guitarra, rendeu os funcionários e, junto com seu bando, resgatou o detento”.

A escolta de presos doentes para a realização de exames médicos fora dos presídios também caracteriza uma tarefa perigosa. Com a força que o PCC adquiriu, a articulação de resgates em lugares de fácil acesso, como hospitais e prontos-socorros (que não possuem policiamento), tornou-se bastante comum:

[...] fomos fazer uma matéria sobre o resgate da maca, que acontecera no PS do Hospital Ipiranga, para onde tinha sido levado o detento Cristiano Alves Brunetti. Enquanto ele aguardava o atendimento num quarto, seus companheiros chegaram quebrando o silêncio a tiros. Feriram os dois agentes

penitenciários que faziam a escolta [...] e saíram levando o doente para a liberdade. (SOUZA, 2007, p.184).

Não foram poucos os casos em que celulares, drogas ou mesmo fugas e transferências foram facilitadas por funcionários dos presídios. A articulação do PCC permitiu que a facção dedicasse parte do dinheiro arrecadado para financiar a corrupção. “Muitas celas foram abertas por funcionários, mediante o pagamento de 15 mil a 500 mil reais por fuga.” (SOUZA, 2007, p. 41).

O regime semiaberto, destinado a presos que apresentam bom comportamento, “permitiu que funcionários de presídios e de fóruns, para ganhar dinheiro, falsificassem fichas de presos, indicando que eles já tinham cumprido o tempo necessário para obter o benefício” (SOUZA, 2007, p.67). Com o falso direito de cumprir parte da pena trabalhando, muitos presos aproveitaram a autorização de saída, obtida ilegalmente, para fugir da prisão.

2.9 Análise de mídia

Notícia: Cadeia: não território para seres inumanos

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/01/cadeia-nao-territorio-para-seres-inumanos/>

Autor: Glauber Piva

Data: 06/04/2014

Sinopse: Análise da situação das penitenciárias paulistas. E a parcela de culpa da sociedade ao fechar os olhos para a falta de infraestrutura das instalações. O autor fala da cobertura da mídia que ajuda na criação de estereótipos e que afasta da solução do problema.

Notícia: ‘É para derrubar sem dó’, diz chefe de facção sobre polícia durante reunião

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1433953-e-para-derrubar-sem-do-diz-faccas-sobre-policiais-50-foram-presos.shtml>

Autor: Reynaldo Turolo Jr. E Rogério Pagnan

Data: 01/04/2014

Sinopse: As Polícias Militar e Civil publicaram orientações de um homem apontado como um dos chefes da facção criminosa PCC durante reunião que terminou com 50 detidos. A frase foi transcrita do depoimento de um dos policiais que participaram da prisão e é atribuída a Lucas Aparecido Cardoso, apontado como “sintonia” (espécie de coordenador) do PCC.

Notícia: Agentes penitenciários do estado decidem encerrar a greve

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/agentes-penitenciarios-do-estado-decidem-encerrar-greve.html>

Data: 26/03/2014

Sinopse: Os agentes penitenciários do Estado de São Paulo decidiram encerrar a greve hoje, 26/03/2014. A greve chegou a ser suspensa por 48 horas por sugestão do Ministério Público do Trabalho para a retomada das negociações. Entre as propostas aprovadas ficou definido que será extinto um dos níveis de carreira. Antes eram oito níveis e agora passou para sete. Isso significa uma média de 10% de aumento salarial. O tempo para chegar ao topo da carreira passa de 32 anos para 26 anos. Também foi definido um aumento de 50% no número de promoções entre as classes.

Notícia: Greve de agentes penitenciários de SP já dura 15 dias

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/greve-de-agentes-penitenciarios-de-sp-ja-dura-15-dias-24032014>

Data: 24/03/2014

Sinopse: O Sindasp (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de São Paulo) marcou reunião junto a outros sindicatos da categoria para abrir negociação entre a categoria dos agentes de segurança penitenciária e o governo do Estado, para que se possa chegar a um acordo nas reivindicações e buscar entendimento entre as partes.

Notícia: Em meio a tensão com PCC, agentes penitenciários de SP entram em greve

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/10/em-meio-a-tensao-com-pcc-agentes-penitenciarios-de-sp-entram-em-greve.htm>

Autor: Guilherme Balza

Data: 10/03/2014

Sinopse: O Sindasp (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de São Paulo) convocou greve por tempo indeterminado a partir desta segunda-feira (10) nas penitenciárias de todo o Estado. A categoria exige recomposição salarial de 20,6%, aumento real de 5% e redução de oito para seis no número de classes de agentes

para facilitar a ascensão na carreira. A expectativa do sindicato é que haja adesão dos agentes de 80% das penitenciárias do Estado.

Notícia: ASP é agredido em unidade de Araraquara

Autor: Redação, Assessoria de Imprensa do Sifuspesp

<http://www.sifuspesp.org.br/index.php/materia-2/2265-130114agressao.html>

Data: 13/01/2014

Sinopse: Outro caso de agressão a um servidor público foi registrado pelo sistema prisional paulista. A última ocorrência aconteceu no sábado (11), quando um preso do pavilhão 2 da Penitenciária de Araraquara agrediu um agente penitenciário por volta das 11h. Conforme relatos, o agressor pegou uma pá e um cabo de vassoura e desferiu golpes contra o agente, que conseguiu se defender e não se feriu gravemente.

Notícia: Investigação comprova que 3 funcionários da P2 eram vigiados por facção

<http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-53042>

Autor: Redação, Ifronteira

Data: 03/10/2013

Sinopse: Investigação da Polícia Civil comprovou que Eudes Cristiano do Amaral, conhecido como Bolacha, monitorava três funcionários da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau. A detenção abriga o criminoso Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, considerado um dos líderes do Primeiro Comando da Capital, o PCC.

Notícia: Superlotação chega a 145% nos presídios

<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/campinas/noticia/100000631489/Superlotacao-chega-a-145-nos-presidios.html>

Autor: Redação, Jornal Metro Campinas

Data: 17/09/2013

Sinopse: Diante da superlotação dos presídios das cidades de Campinas e Hortolândia, o promotor público José Hebert Teixeira Mendes entrou com uma liminar na justiça para limitar o número de presos nas unidades em 900. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, havia no dia 11 de agosto deste ano 11.485 pessoas para a capacidade de 4.886.

Notícia: Agentes penitenciários protestam em São Paulo

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/agentes-penitenciarios-protestam-em-sao-paulo-06092013>

Autor: Gabriela Vieira, Agência Estado

Data: 06/09/2013

Sinopse: O Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (SIFUSPESP) realizou no dia 06/09/2013, um protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes, pedindo o cumprimento da pauta de reivindicações da campanha salarial. Além disso, a categoria reclama das más condições de trabalho que incluem a falta de segurança nas penitenciárias, a superlotação carcerária e a jornada de trabalho, que consideram excessiva.

Notícia: Concurso atrai 33 mil candidatos

<http://blogs.odiario.com/edsonlima/2013/09/05/concurso-atrai-33-mil-pessoas/>

Autor: Edson Lima, O Diário

Data: 05/09/2013

Sinopse: O Concurso para agente penitenciário no Paraná atrai 33 mil inscritos. São apenas 423 vagas. Além da estabilidade do serviço público, o principal fator motivador de interesse foi a remuneração do cargo. O salário é de R\$ 3.800 mensais, o terceiro maior do país.

Notícia: Agentes penitenciários cobram aprovação de proposta que cria Polícia Penal

<http://tribunadonorte.com.br/noticia/agentes-penitenciarios-cobram-aprovacao-de-proposta-que-cria-policia-penal/260322>

Autor: Redação, Tribuna do Norte

Data: 05/09/2013

Sinopse: Representantes da Federação dos Agentes Penitenciários estiveram em Brasília, no dia 04/09/2013, para cobrar e debater a Proposta de Emenda a Constituição de número 308/2004, referente à criação da Polícia Penal. A criação da Polícia Penal tem como objetivo acabar com os desvios de função de outras categorias que, atualmente, trabalham dentro de presídios. Isso por que a Polícia Penal terá como atribuição executar atividades policiais de caráter preventivo, investigativo e ostensivo, nas dependências das unidades prisionais e respectivas áreas de segurança, que visem a coibir a prática de infrações penais.

Notícia: Agente penitenciário morre após ser baleado na Zona Norte de SP

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/agente-penitenciario-morre-apos-ser-baleado-na-zona-norte-de-sp.html>

Autor: Redação, portal G1

Data: 04/09/2013

Sinopse: Um agente penitenciário morreu após ser baleado em um assalto na tarde da quarta-feira (dia 04/09/2013) na Zona Norte de São Paulo, de acordo com

informações da Polícia Militar. O crime ocorreu na Rua Ushikishi Kamia, no Tremembé, por volta das 15h50. O agente foi atestado morto no local do crime.

Notícia: Escola da Vida: todos perdem com circunstâncias da Fundação Casa
<http://cbn.globoradio.globo.com/cbn-sp/cbn-sp/2013/08/20/ESCOLA-DA-VIDA-TODOS-PERDEM-COM-CIRCUNSTANCIAS-DA-FUNDACAO-CASA.htm#ixzz2fXsU4wNU>

Autor: Mauro Sérgio Cortella, da Rádio CBN

Data: 20/08/2013

Sinopse: O quadro Escola da Vida, o Professor Mauro Sérgio Cortella discute sobre a Fundação Casa, instituição que cuida de menores infratores. Cortella relata que os trabalhadores que cuidam dos menores sofrem psicologicamente com o ambiente de risco que vivem.

Notícia: Tortura e várias regularidades no sistema carcerário em Ribeirão Preto

<http://www.jornaldaclube.com.br/videos/10210/tortura-e-v%C3%81rias-irregularidades-no-sistema-carcer%C3%81rio-em-ribeir%C3%83>

Autor: Não identificado, Jornal da Clube

Data: 09/08/2013

Sinopse: Agente Penitenciário denuncia a falta de condições de trabalho e sanitárias para o preso. Eles não têm acesso nem aos medicamentos mais comuns. A água é contaminada. O agente penitenciário também denuncia a distribuição de propina pela empresa que fabrica blocos dentro do presídio para aumento de produtividade. Os diretores e colegas do agente são os que recebem o dinheiro.

Notícia: Agentes penitenciários: Guerreiros do cárcere

<http://www.diariodolitoral.com.br/conteudo/14775-agentes-penitenciarios-guerreiros-do-carcere>

Autor: Carlos Ratton, Diário do Litoral

Data: 28/07/2013

Sinopse: A pesquisa desenvolvida pela Universidade Católica de Santos (UniSantos) revelou que a expectativa de vida de um agente penitenciário está entre 40 e 45 anos. Isso, segundo o estudo, devido às más condições de trabalho e a sensação de perigo constante que estes trabalhadores estão expostos.

Notícia: Mulheres e crianças sofrem rotina de vexames em presídios de São Paulo

<http://www.cutsp.org.br/noticias/2013/07/24/mulheres-e-criancas-sofrem-rotina-de-vexames-em-presidios-de-sao-paulo>

Autor: Redação, da Agência Pública

Data: 24/07/2013

Sinopse: Reportagem da Agência Pública denuncia maus tratos e constrangimentos impostos a mulheres e filhos de detentos nos presídios de São Paulo, onde crianças são obrigadas a assistir às revistas vexatórias das mães e a se despir diante das agentes para poder visitar os pais. Esposas de presos relatam que precisam, além de ficar nuas, agachar e tossir para provar que não levam nada aos presos. A denunciante, que não teve o nome identificado, luta para fazer valer dentro de uma instituição do Estado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê punição para adultos responsáveis por obrigarem menores a situações vexatórias e humilhantes.

Notícia: Coluna do Servidor: Medo e revolta entre os agentes penitenciários

<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2013-07-14/medo-e-revolta-entre-os-agentes-penitenciarios.html>

Autor: Bruno Dutra, Jornal O Dia

Data: 13/07/2013

Sinopse: O número de assassinatos entre agentes penitenciários preocupam os trabalhadores. No ano passado, foram registrados oito assassinatos de agentes no país e, este ano, seis servidores foram mortos em crimes que, segundo a reportagem, chamam a atenção pela crueldade. Além da violência, o Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Rio de Janeiro (SSSP-RJ) chamam a atenção aos baixos salários pagos à categoria e da quantidade insuficiente de trabalhadores em relação ao número de presos.

Notícia: Agentes penitenciários de SP trabalham com coletes vencidos

<http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pmP=2&pr=jornal-da-band&e=noticias&v=14439417>

Autor: Rodrigo Hidalgo, Jornal da Band

Data: 03/05/2013

Sinopse: Agentes penitenciários do Estado de São Paulo trabalham com coletes à prova de balas com a data de validade vencida. O prazo expirou no início do ano e até agora os equipamentos não foram trocados. Trabalhadores do sistema penitenciário, não identificados, relatam em depoimento que são obrigados a usar o colete vencido para não sofrerem punições.

Notícia: Agentes penitenciários falam sobre os perigos de sua profissão

<http://globo.com/rede-globo/fantastico/v/agentes-penitenciarios-falam-sobre-os-perigos-de-sua-profissao/909866/>

Autor: Não Identificado, Fantástico.

Data: 04/03/2013

Sinopse: A Casa de Detenção de São Paulo, o maior presídio da América Latina, possui 300 funcionários para cuidar de 7000 presos. Cerca de quarenta novos presos entram diariamente na prisão. Eles relatam o dia-dia destes profissionais que estão expostos ao perigo e a falta de estrutura do local de trabalho.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em maio de 2013, uma reportagem desenvolvida por um dos integrantes do grupo, sobre o tema “medo”, na disciplina de Jornalismo Literário, despertou o interesse do grupo, que à época não havia sido formado. Sidnei Oliveira¹⁸, o personagem principal da matéria, era o retrato de um agente penitenciário afastado das atividades por problemas de saúde ocasionados pelo exercício da profissão.

A proximidade e o diálogo permanente sobre o assunto determinou a constituição do grupo, em junho de 2013. A primeira motivação foi contar a história destes trabalhadores que atuam em lugares inóspitos e, ainda, apresentá-los como os interlocutores entre o mundo das cadeias e com a sociedade, fora das grades.

Em conversa com os professores da Faculdade Paulus de Comunicação e Tecnologia (Fapcom) e em encontros realizados, de forma presencial ou por meio das redes sociais, o grupo optou por desenvolver um livro-reportagem.

A partir da definição da orientadora, a mestre Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala, o grupo estabeleceu um cronograma de atividades a serem desenvolvidas ao longo do semestre. No mês de agosto de 2013, os integrantes definiram o tema, iniciaram o levantamento bibliográfico preliminar e construíram o problema e as hipóteses.

Em setembro de 2013, o grupo elaborou os objetivos (geral e específicos) do trabalho e as justificativas nos âmbitos pessoal, social e profissional. Entre agosto e novembro, os integrantes fizeram leituras das bibliografias definidas nas orientações. De setembro a outubro do mesmo ano, elaboraram as análises de mídia e finalizaram os fichamentos das obras que compuseram o referencial teórico.

Em todo o semestre, na medida em que o grupo escrevia o pré-projeto, também fez prévios contatos com os agentes de segurança penitenciária, governo estadual, especialistas da área prisional e possíveis fontes. Uma delas, entrevistada em 10 de outubro de 2013, foi uma trabalhadora¹⁹ que atua na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que alertou o grupo sobre as dificuldades em acessar informações da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

¹⁸ Nome fictício para preservar a identidade do agente de segurança penitenciária.

¹⁹ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

No início de novembro de 2013, cada qual se dividiu para finalizar as partes do pré-projeto que faltavam e revisar todo o conteúdo junto à orientadora. Finalizado o pré-projeto, o grupo preparou a apresentação para a banca.

No dia 19 de novembro de 2013, os integrantes defenderam o projeto experimental sobre agentes penitenciários de São Paulo. Os professores da pré-banca, o mestre Wagner Barge Belmonte e o mestre Maurício Antônio Anzini Gasparotto, se mostraram interessados e aprovaram o projeto com elogios quanto ao tema, pesquisa e fundamentação teórica e fizeram sugestões quanto ao cuidado jornalístico para apuração das informações junto às fontes.

3.1 Pré-projeto em busca dos personagens principais

A partir do momento em que o tema foi definido pelo grupo, o aprofundamento, com base no conteúdo bibliográfico preliminar consultado, fez com que fosse necessária uma aproximação maior com os possíveis personagens do livro-reportagem. A oportunidade de conversar com agentes surgiu quando o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo (Sifusesp) anunciou a realização de Ato Público em defesa de direitos como salário digno e melhores condições de trabalho²⁰. O ato aconteceu em 6 de setembro de 2013. O grupo esteve presente desde a concentração, que começou às 10h, na antiga sede do sindicato, localizada na Rua Dr. Zuquim, 244, no bairro Santana, São Paulo, e acompanhou os trabalhadores até o final do dia.

Munidos de apitos e faixas, os manifestantes deixaram a concentração e seguiram em direção à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), localizada na Avenida Gal. Ataliba Leonel, 556 – Santana, São Paulo. Depois retornaram ao ponto de concentração para lanche e seguiram, de ônibus – oferecidos pelo sindicato –, para o Palácio dos Bandeirantes, fechando o acesso ao portão 2 do Palácio e à Avenida Morumbi²¹. Durante o protesto, líderes sindicais e trabalhadores fizeram seus discursos e reivindicações. Houve também um minuto de silêncio em homenagem aos agentes penitenciários assassinados. Em setembro de 2013, o número era de seis assassinatos.

²⁰ Informação no site < <http://migre.me/jendS> >, acesso em 31. out. 2013.

²¹ Informações no site < <http://migre.me/jeneU> >, acesso em 02. nov. 2013.

O ato foi encerrado às 15h40. De acordo com a Polícia Militar, 250 pessoas participaram da manifestação, já o sindicato diz que a média foi de 500 pessoas, que vieram de diversas cidades do estado, concentradas em 11 regionais: Mirandópolis, São José do Rio Preto, Araraquara, Presidente Venceslau, Bauru, Avaré, Campinas, Sorocaba, Baixada, São Paulo e Vale.

Durante todos os momentos do ato, o grupo conversou e entrevistou agentes de segurança penitenciária, mulheres e jovens que atuam no sistema. Dentre esses, Rafael Vieira²², Lucas Carvalho²³, Luiz da Silva Filho²⁴ e Lúcia Pereira²⁵.

Para os personagens encontrados, seguiu-se uma pauta elaborada com base no objetivo geral e hipóteses desta pesquisa, que contemplou as seguintes questões:

- a) Como você avalia o governo do estado quanto à situação da infraestrutura das penitenciárias paulistas?
- b) Qual a sua opinião sobre o tratamento que é dado pelo governo do Estado de São Paulo aos trabalhadores?
- c) Você já foi vítima de ameaça ou coação no ambiente de trabalho?
- d) Quais foram as piores cenas/histórias que viveu no seu tempo de trabalho?
- e) Já sofreu alguma ameaça?
- f) Alguma vez teve medo? Se sim, como foi, medo do que?
- g) Você é feliz sendo agente penitenciário?
- h) Um presídio é o limite da vida de um ser humano?
- i) Você ou algum amigo teve algum problema de saúde (psicológico, cardíaco etc.) nesse tempo?

²² Nome fictício para preservar a identidade do agente de segurança penitenciária.

²³ Nome fictício para preservar a identidade do agente de segurança penitenciária.

²⁴ Diretor de Saúde do Sifuspesp.

²⁵ Nome fictício para preservar a identidade da agente de segurança penitenciária.

Desde o início das atividades, um grupo de TCC, com acesso restrito, foi criado na rede social *facebook*. Também foi organizada uma pasta atrelada aos correios eletrônicos do *gmail*, no aplicativo “Google Drive”, para compartilhamento de informações entre o grupo e a orientadora, agendamento de entrevistas, elaboração de pautas, fotos, notícias recentes sobre o tema e pesquisas documentais. As duas maneiras ajudaram os integrantes a se comunicarem diariamente, de maneira mais rápida e possibilitou a participação efetiva de todos, em cada etapa do trabalho.

3.2 A construção do livro-reportagem e do relatório final

A partir da banca de pré-projeto e das orientações dadas por professores da Fapcom, o grupo de TCC decidiu não apenas se concentrar na questão que envolve a saúde do trabalhador, mas no universo que permite compreender o cotidiano, a realidade e a dinâmica do sistema prisional, a partir do olhar dos guardas prisionais.

Nas férias, os debates por meio de correio eletrônico e rede social continuaram, bem como a troca de informações. O grupo aproveitou para ler reportagens sobre o tema, procurar fontes, reler livros que poderiam ajudar na elaboração do livro-reportagem e buscar novas bibliografias.

Em 10 de janeiro, os integrantes reuniram-se para definir os caminhos que deveriam ser percorridos nos dias e meses seguintes. Decidiu-se articular com os Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) contatados no ano passado entrevistas em que todos do grupo pudessem participar. A partir da primeira entrevista, cada pessoa do grupo ficou responsável em realizar a elaboração de uma reportagem literária, a fim de melhor observar os textos, formatos e percepções de cada um frente aos personagens principais do livro-reportagem.

Como proposta que não envolvesse custos financeiros altos, os integrantes concordaram em dialogar, em um primeiro momento, com personagens da região metropolitana de São Paulo.

Foram também definidos os eixos “Rebeliões”; “Facções”; “2006: o dia em que SP parou”; “O agente penitenciário”; “O papel do Estado” e o “Encarceramento da informação”, para a elaboração de um roteiro de perguntas mais ampliado que

permitisse ao grupo um direcionamento mínimo. O roteiro se compôs da seguinte maneira:

- a) Nome, idade, há quanto tempo trabalha no sistema;
- b) Por que se tornou ASP? Quais motivos o levaram a escolher a profissão?
- c) Já passou por alguma rebelião?
- d) Tem algum problema de saúde? (Se sim: você acredita que seus problemas de saúde decorrem da profissão?)
- e) Você encara o seu trabalho como outro qualquer?
- f) O que sua família pensa sobre o seu trabalho? E seus amigos?
- g) Quais as maiores queixas que tem em relação ao trabalho?
- h) Em 2006 - o ano que SP parou - você estava trabalhando? O que viveu nesse ano? O que pensa sobre tudo que ocorreu?
- i) O que pensa sobre a política de segurança pública e administração penitenciária de São Paulo?
- j) (Se apontar problemas) O que vê como solução para os problemas?
- k) O que pensa sobre as facções?

A partir desse questionário, as entrevistas deveriam ocorrer de forma fluida, com a possibilidade de inserir outras perguntas dentro do diálogo com o agente.

Outra proposta foi a de pesquisar quais eram as penitenciárias mais antigas de São Paulo, identificar o perfil, ano de construção, população carcerária, entre outros detalhes, para que a partir disso fossem investigadas rebeliões, violência, mortes e reportagens jornalísticas. Isso facilitaria entrevistas com personagens mais antigos na área, que pudessem ter trabalhado no ano de 2006, durante os ataques perpetrados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo.

No dia 14 de janeiro, o grupo encontrou o agente prisional Guaracy²⁶, da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau. A conversa, no Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp), durou quase 3 horas, com relatos pessoais, sobre o cotidiano das prisões e as facções que atuam nos presídios paulistas. No final da entrevista, ele sugeriu ao grupo percorrer as cadeias da Grande São Paulo e de cidades do interior próximas da capital, para conversar com familiares de sentenciados. Essa conversa rendeu o capítulo “Segunda morada”, no qual ele foi o personagem principal.

Em 11 de fevereiro, a partir da notícia “Familiares de presos marcam protesto por melhorias no sistema prisional”, do jornalista Bruno Ribeiro, para o jornal Estado de São Paulo no caderno Metrópole, o grupo foi até o centro paulistano para observar o ato e realizar entrevistas com personagens no local. Quatro mulheres, esposas de presidiários, foram entrevistadas sobre a realidade das cadeias, o tratamento dado aos presos e familiares e a opinião sobre como atuam os agentes penitenciários.

As entrevistadas foram Priscila²⁷, esposa de um rapaz preso há 11 anos, por assaltado a uma casa - mora na Cachoeirinha; Adriana Souza²⁸, Clarice Silva²⁹ e Simone Costa³⁰.

As mulheres falaram contra a violência e a discriminação praticada por agentes penitenciários durante as revistas, a superlotação dos presídios, as facções e os processos que esbarram no Judiciário. O ato que reuniu cerca de 100 pessoas em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, na Praça da Sé, foi organizado em grande parte por esposas de presidiários da comarca de Tupã, no oeste do estado. Os gritos de protesto se referiam, em especial, às negativas legais dadas à progressão de pena para o regime semiaberto para os presos que já possuem este direito.

²⁶ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

²⁷ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

²⁸ Nome fictício para preservar a identidade da fonte, utilizada no livro-reportagem do grupo.

²⁹ Nome fictício para preservar a identidade da fonte, utilizada no livro-reportagem do grupo.

³⁰ Nome fictício para preservar a identidade da fonte, utilizada no livro-reportagem do grupo.

A primeira orientação de 2014 ocorreu também no dia 11 de fevereiro, com a professora Lilian Crepaldi, para a construção do livro-reportagem e do relatório do Trabalho de Conclusão de Curso. Deste encontro, foi estabelecida uma agenda de trabalho até maio deste ano. No dia 18 de fevereiro, foram divididas as tarefas entre os integrantes para compor os capítulos do livro e definido o segundo agente que seria entrevistado.

As datas para entregar os capítulos para a professora foram também determinadas. A partir de 25 de fevereiro, o esboço do primeiro capítulo deveria ser entregue. O grupo teve que apresentar capítulos finalizados a cada quinze dias, sempre às terças-feiras, dia de orientação e, no dia 9 de maio, o livro-reportagem deveria estar pronto e finalizado. Foram acertadas datas para a revisão, diagramação, ilustração e envio para a gráfica.

No dia 20 de fevereiro foi realizado contato com a jornalista e escritora Fatima Souza para agendar entrevista no início de março, a segunda já realizada pelo grupo.

No dia 22 de fevereiro, o grupo viajou até uma cidade³¹ do interior paulista, para entrevistar o guarda aposentado, Sidnei Oliveira³², que compôs o capítulo “Coração gigante”. O dia todo foi dedicado à convivência com o ex-agente, além de conhecer por fora a penitenciária local que, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), comporta cerca de 1.500 presos. Esta foi a segunda entrevista realizada com o personagem pessoalmente – outra foi feita em 23 de abril de 2013, além dos contatos feitos por meio de correio eletrônico e via rede social *facebook* ao longo de 2013 e nos meses de fevereiro, março e abril de 2014, que somam cerca de 20 conversas.

Em 25 de fevereiro, o grupo participou de audiência com o secretário estadual da Saúde, Davi Uip, que prestou contas de sua pasta à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Na ocasião foram entrevistados os diretores do Sifusesp de Saúde, Luiz da Silva Filho, e de Imprensa, Adriano

³¹ Fica a quase quatro horas de distância da capital. Ela não será citada a pedido da fonte.

³² Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

Rodrigues dos Santos. O grupo também conseguiu entrevistar o personagem secundário Cássio³³, que compôs parte do capítulo “Segunda Morada”.

Nos dias 5 e 25 de março, esposa e dois filhos do agente penitenciário³⁴ Guaracy foram entrevistados sobre a rotina do agente e os impactos vividos pela família no dia a dia. A visita até a residência facilitou a construção da reportagem e do cenário descrito no livro-reportagem.

No dia 6 de março de 2014, o grupo visitou a jornalista Fatima Souza - que atua há 30 anos na área policial, explicou a ela as pesquisas realizadas até o momento e as ideias para o TCC. A repórter já havia sido entrevistada pessoalmente, em 28 de setembro de 2013, quando falou previamente sobre o encarceramento da informação do governo estadual, que inspirou um dos capítulos.

Em março deste ano, ela relatou que trabalhou durante 13 anos na Rede Bandeirantes (Band) de televisão, onde foi a primeira repórter a denunciar a existência do PCC, depois de vasta pesquisa e investigação sobre o tema. O resultado: uma longa reportagem sobre a facção do crime apresentada em rede aberta.

Em 2009, convidada a participar da CPI nacional do Sistema Carcerário, a repórter relata que dos 60 presídios visitados em todo o Brasil, os de São Paulo foram os únicos que tiveram o acesso dos representantes da Comissão dificultado.

Segundo Fatima, o governo paulista tem criado barreiras, nos últimos cinco anos, à entrada de jornalistas nos presídios. Hoje trabalhando na Rede Record de televisão, ela afirma que ao menos cinco pedidos foram encaminhados à Secretaria de Administração Penitenciária nos últimos anos, com autorização do preso, do juiz e do advogado, mas foram negados pelo secretário atual. A negativa ocorre, em especial, quando os sentenciados são ligados ao crime organizado.

³³ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

³⁴ Nome fictício para preservar a identidade do personagem. A entrevista do dia 5 de março foi feita pessoalmente e a entrevista do dia 25 de março foi realizada a por telefone.

Na ocasião, ela disse também ter a impressão de que o número de denúncias relacionadas à precariedade ou violência dentro dos presídios diminuiu por parte do Ministério Público e da Pastoral Carcerária.

Sobre as ações da SAP, Fatima critica a ausência de informações do governo paulista sobre a situação dos carcereiros e dos presos. “Essa postura me faz lembrar o período da ditadura, porque o governo é público, o secretário é público, a informação é pública”³⁵, afirma em entrevista.

Na opinião de Fatima, a pesquisa parece percorrer um caminho sério na busca de informações e temas como esse não são sempre tratados na grande mídia. Dentre as propostas feitas ao grupo, Fatima sugeriu entrevistar alguma família de um ASP morto recentemente e outro que tenha sido assassinado em 2006, quando o PCC deixou São Paulo em estado de alerta.

A sugestão da jornalista ajudou ao grupo refletir melhor sobre um período marcante da história paulista que pode ser confirmada na reportagem de Fernando Porfírio, no portal UOL³⁶ em 3 de novembro de 2011. O repórter relata que, segundo estudo da Justiça Global e da Universidade de Harvard, “dos 493 homicídios ocorridos no Estado de 12 a 20 de maio de 2006 havia indícios da participação de policiais em 122 execuções. A pesquisa, ainda, aponta 43 agentes públicos vítimas dos ataques”.

O mesmo estudo, de acordo com Porfírio (2011), afirma que “o governo paulista falhou ao gerir seu sistema prisional e foi omissos ao saber da possibilidade dos ataques e não tomar providências para evitá-los ou proteger seus agentes públicos”.

Na entrevista realizada, Fatima alerta que é preciso investigar sempre e desconfiar, a priori, das histórias que o grupo tiver acesso para não correr o risco de inverdades sobre os fatos. Sobre a situação dos agentes penitenciários ela afirma que “a morte é uma consequência, como a doença e o medo”. Em outro momento, ao falar sobre o cotidiano do guarda prisional, ela diz que “a alma [desses

³⁵ Trecho utilizado no livro-reportagem do grupo.

³⁶ Pesquisa feita no site < <http://migre.me/guP6i>> acesso em 31 de outubro de 2013.

trabalhadores] vai sendo perfurada aos poucos. Afinal como conviver com bandidos?”³⁷.

Por fim, Fatima aceitou escrever a apresentação do livro-reportagem do grupo.

No dia 7 de março, o grupo participou de assembleia dos agentes penitenciários na sede do Sifuspep, em Santana, zona norte de São Paulo. O encontro debateu a possibilidade de greve iniciada, posteriormente, no dia 10 de março. Nesse encontro foi possível entrevistar guardas de diferentes presídios do interior, incluindo um personagem principal, Rafael Vieira³⁸, que compôs o primeiro capítulo – ele já havia sido entrevistado no dia 6 de setembro de 2013. Sete entrevistas foram realizadas na ocasião. Neste mesmo dia, o governo de São Paulo, por meio da SAP, respondeu cinco perguntas enviadas à Pasta: 1) Qual é a população carcerária hoje?; 2) Quantas vagas existem de fato nas cadeias? (Para saber quanto está a superlotação); 3) Quantos presídios existem, além dos CDPs?; 4) Qual o número de jovens presos? (tem o número de mulheres e de homens?); 5) Quantas são as facções criminosas que dominam os presídios? e, por último, 6) Quais são os planos, em 2014, do governo Alckmin para o setor? A única pergunta que não foi respondida se referia à existência das facções no Estado paulista.

Em 10 de março, uma primeira entrevista³⁹ foi feita com a voluntária da Pastoral Carcerária, Talita Melo, que é também advogada e integrante da Rede 2 de Outubro, espaço que faz memória ao massacre que aconteceu no dia 2 de outubro de 1992, na Casa de Detenção do Carandiru, onde foram assassinados 111 presidiários (número oficial), e cobra do Governo estadual a responsabilização do Estado e de seus agentes pelas mortes do Carandiru. No dia 10 também foram respondidas perguntas enviadas ao Sifuspep, entidade da categoria, sobre as dificuldades de conseguir informações por meio dos órgãos oficiais da área prisional.

Entre os dias 17 e 20 de março, o grupo fez contato com o cartunista e ativista político Carlos Latuff. Com obras espalhadas por todo o mundo, ele participou do

³⁷ Trecho utilizado no livro-reportagem do grupo.

³⁸ Nome fictício para preservar a identidade do agente de segurança penitenciária.

³⁹ Entrevista feita por meio de um grupo criado na rede social *facebook*, em que participou todo o grupo.

Concurso Internacional de Caricaturas sobre o Holocausto, organizado no Irã, em 2006, e teve obra exposta no Museu de Arte Contemporânea de Teerã, junto a outras 204 artes, quando ganhou o segundo lugar com um desenho de um palestino desesperado diante do muro da Cisjordânia, com uniforme de prisioneiro de campos de concentração nazistas. No Brasil, desenha cartuns com temáticas que retratam o momento político ou uma causa específica. Latuff aceitou fazer a ilustração do livro-reportagem do grupo e conversas foram feitas pela internet com o grupo para chegar ao consenso da capa. Mas o primeiro esboço não agradou e faltou, por parte do grupo, um briefing mais elaborado. E os poucos diálogos, à distância e pela internet, fez com quem o grupo optasse por fazer com alguém mais próximo de São Paulo.

Nos dias 6, 7, 25 e 30 de março foram feitos contatos telefônicos com o jornalista policial Josmar Jozino a fim de conseguir entrevista para compor o capítulo “Encarceramento da Informação”. No dia 25 de março, o grupo entrou em contato com o jornalista André Caramante para conseguir entrevista. As agendas com esses profissionais foram difíceis de conseguir.

No dia 28 de março, o grupo entrevistou os agentes Raul (há 12 anos na área) e Cássia⁴⁰ (há 14 anos como ASP), na residência do casal localizada na zona norte de São Paulo. Esses personagens ajudaram a compor o quarto capítulo do livro e outro capítulo sobre o encarceramento da informação. Cássia foi a personagem principal do capítulo “Mulheres no sistema”.

Em paralelo às ações, o grupo fazia a redação dos capítulos, continuava a realizar pesquisas e buscar mais informações e detalhes sobre a realidade do sistema carcerário. Enquanto alguns integrantes faziam os primeiros capítulos, os outros ajudavam nas transcrições dos áudios das entrevistas que eram realizadas.

⁴⁰ Nomes fictícios para preservar a identidade dos agente de segurança penitenciária Cássia e Raul.

No dia 30 de março, o grupo solicitou novamente⁴¹ entrevista com o médico Drauzio Varella, escritor, entre outros, dos livros *Estação Carandiru* (1999) e *Carcereiros* (2012). A relação que tem com agentes de segurança que trabalharam na antiga Casa de Detenção e em outras penitenciárias, ajudaria a compreender melhor o universo desses trabalhadores. O pedido foi mandado para o correio eletrônico “contato@draziovarella.com.br”. A resposta obtida no dia 3 de abril foi: “Lamento, o Dr. Drauzio continua sem poder assumir novos compromissos. Att. Eduardo”. Ou seja, não foi possível entrevistar esta fonte que atua até hoje como voluntário em cadeias.

No dia 31 de março, Josmar Jozino respondeu por e-mail que não conseguiria dar entrevista pessoalmente, pois estava trabalhando todos os dias, das 14h às 23h40, e a redação onde atua estava defasada de jornalistas. Pediu que as perguntas fossem enviadas por correio eletrônico.

Durante o mês de março, cinco tentativas de entrevistas foram feitas com agentes penitenciários – possíveis personagens - que estavam trabalhando, em 2006, quando ocorreram os ataques no PCC. Os guardas prisionais não quiseram dar entrevista especial sobre o assunto. No início de abril, entre os dias 2 e 4, o grupo conseguiu o contato de um ASP que está no sistema desde o período em que funcionava a Casa de Detenção. Ele chegou a trabalhar lá e aceitou falar com o grupo sobre o Massacre do Carandiru. Contudo, o período possível de entrevistas coincidiu com as férias do trabalhador e não foi possível dar encaminhamento a este personagem que talvez fosse compor mais um capítulo.

Nos dias 1º e 9 de abril, o grupo realizou a segunda entrevista com a voluntária da Pastoral Carcerária, Talita Melo, pela internet. As perguntas enviadas foram: 1) Quais são as principais reclamações dos presos no tratamento dos agentes penitenciários? e 2) Sobre o massacre do Carandiru, a Rede 2 de outubro

⁴¹ A primeira solicitação de entrevista havia sido enviada no dia 31 de outubro de 2013 para o correio eletrônico “contato@draziovarella.com.br”. A resposta dada foi a seguinte: “O Dr. Drauzio está impossibilitado de assumir novos compromissos por absoluta falta de tempo. Atenciosamente, Equipe Site Drauzio Varella”.

avalia que o número de mortos foi maior que 111 pessoas – número oficial apresentado pelo governo?

No dia 10 de abril, o grupo encaminhou as seguintes perguntas ao jornalista Josmar Jozino: 1) Existe encarceramento da informação pelo governo do Estado de SP nas áreas da SAP e da segurança pública? e 2) Os jornalistas têm dificuldade de entrar em presídios, acessar informações específicas da SAP? Se sim, pode citar um caso específico? As respostas foram dadas no dia 11 de abril de 2014.

Em 18 de abril de 2014, a psicóloga que trabalha na SAP, Fernanda Lou Sans Magano, concedeu entrevista sobre o Massacre do Carandiru e a forma como o governo controla informações públicas.

No dia 19 de abril, o jornalista André Caramante respondeu às seguintes perguntas, parecidas com as que foram encaminhadas à Josmar Jozino: 1) Existe encarceramento da informação pelo governo do estado de SP e pela mídia nas áreas da SAP e da segurança pública? 2) Os jornalistas têm dificuldade de entrar em presídios, acessar informações específicas da SAP? Se sim, pode citar um caso específico? e 3) Como avalia a cobertura da imprensa sobre os dados etc. que envolvem o Massacre do Carandiru?

Ao longo de todo o processo e a cada encontro realizado com a professora Lilian Crepaldi, o grupo relatou as experiências, as fontes entrevistadas, o material apurado. Ainda, as dificuldades em acessar informações e expectativas dos integrantes. A orientação apoiou o grupo em momentos de dúvidas ou crises quanto ao direcionamento de cada capítulo e apuração minuciosa de dados.

Depois das últimas entrevistas feitas em abril, o grupo resolveu, de fato, organizar o capítulo cinco - Post-Scriptum “Encarceramento da informação”. Os capítulos eram revisados pelo grupo e pela orientadora, no mesmo tempo em que eram finalizados. A professora checava cada parte do livro-reportagem.

No dia 18 de abril, o grupo solicitou pela segunda vez⁴² uma entrevista com o secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Lourival Gomes. No dia 22

⁴² Uma primeira solicitação de entrevista com o secretário Lourival Gomes, da SAP, encaminhada por correio eletrônico, em 15 de maio de 2013, para falar sobre a superlotação nas cadeias, não foi atendida. O pedido foi negado por e-mail pela assessora de imprensa da pasta,

de abril, a assessora de imprensa Mariana Borges respondeu: “Prezados, como trata-se de trabalho acadêmico, sua solicitação deve ser encaminhada inicialmente ao Comitê de Ética em Pesquisa, copiado neste e-mail. O telefone de lá é o 3775-8108 - Ramal 208”. Uma das integrantes do grupo, Vanessa Ramos, solicitou a terceira entrevista com o secretário, no dia 22 de abril, como jornalista com MTb 60878 SP. Até o dia 19 de maio de 2014, a mensagem não havia sido respondida.

A relação com o governo é burocrática, de acordo com o que foi presenciado pelos integrantes. Ainda em 2013, para chegar a prévias informações sobre o sistema prisional por meio do poder público, o grupo realizou contato, no dia 18 de setembro do ano passado, com a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário da SAP. O grupo recebeu a orientação de que o acesso a qualquer informação da SAP, principalmente envolvendo seres humanos, deve-se primeiro passar pelo chamado Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da SAP, “integrado por vinte e dois membros representantes das Coordenadorias Regionais de Unidades Prisionais e Reintegração Social, Escola de Administração Penitenciária ‘Dr. Luiz Camargo Wolfmann’, Universidades públicas e privadas, Ordem dos Advogados do Brasil e Sociedade de Bioética”⁴³. A partir dessa informação, no mesmo mês, o grupo entrou em contato com o CEP-SAP. O Comitê fica na Rua Líbero Badaró, nº600, 5º andar, no centro de São Paulo. Este grupo em questão se reúne uma vez por mês para deliberar solicitações de pesquisas acadêmicas feitas à Secretaria⁴⁴. Os prazos de deliberação da aprovação não são transparentes e o grupo teve receio em não conseguir realizar o livro-reportagem na dependência da SAP. Por isso, optou-se em pedir ajuda do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo (Sifuspesp), desde 2013, para dar encaminhamento ao projeto.

No dia 22 de abril, os integrantes do grupo e a orientadora se reuniram na Fapcom com o desenhista Vitor Teixeira, para discutir propostas de ilustrações para a capa e os capítulos dos personagens principais. Cinco propostas de capas foram definidas e, até o final do mês de abril, foram discutidos detalhes junto ao artista.

Rosana Garcia, alegando falta de espaço na agenda do representante de Administração Penitenciária no Estado de São Paulo. Detalhes são narrados no livro-reportagem do grupo.

⁴³ Informações no site <<http://www.sap.sp.gov.br/comite-etica.html>>. Acesso: 20.set.2013.

⁴⁴ O grupo trata desse tema no capítulo “Encarceramento da Informação” do livro-reportagem.

A designer gráfica e diretora de arte, Maiara Sellani, foi quem fez a diagramação. O contato com ela iniciou no dia 10 de abril. A partir de orientações da professora Lilian, o grupo definiu tamanho do livro, que o mesmo teria orelhas, onde ficariam as imagens de ilustração na obra, a cor e a fonte. Ela fez todas as alterações possíveis, solicitadas mesmo após a revisão.

No dia 24 de abril, o grupo fez contato com a revisora Lygia Roncel, que recebeu os capítulos finalizados. O material completo e revisado foi entregue no dia 1º de maio. Logo depois, enviado à diagramadora.

O grupo fez diferentes pesquisas em gráficas para avaliar preço da impressão. Foram solicitados orçamentos com as devidas especificações. O grupo escolheu a Aro Print Gráfica Rápida Digital, para imprimir os livros que seriam entregues à banca, para que o prazo de entrega estabelecido pela faculdade fosse cumprido. O PDF do livro para impressão foi enviado no dia 12 de maio. Os livros foram entregues no dia 21 de maio à Fapcom, junto com o relatório de TCC encadernado e as cópias solicitadas pela instituição de ensino.

3.3 Os personagens principais

Quatro guardas do cárcere⁴⁵ são os personagens principais do livro “Vidas Encarceradas: trabalho e cotidiano dos agentes penitenciários de São Paulo”. Dois vivem no interior de São Paulo, um vive parte do tempo no interior e outra parte na capital e um vive na zona norte da cidade de São Paulo.

Rafael Vieira, 32 anos, atua há 13 anos no sistema carcerário, tendo sido feito refém em um Centro de Detenção Provisória no interior paulista, onde iniciou a carreira. Ele começou a profissão em 2001, pela necessidade de ajudar da família. Mora hoje a pouco mais de 500 quilômetros da capital.

Guaracy, com 54 anos de idade, trabalha no sistema prisional há 17 anos. Já trabalhou em dois presídios, mas conhece outras cadeias no Estado de São Paulo. Atua hoje na Penitenciária 1 (P1) de Presidente Venceslau, que fica a 630 quilômetros da capital paulista.

⁴⁵ Ao longo das descrições dos entrevistados, o grupo precisou ser sucinto para preservar a identidade das fontes.

Sidnei Oliveira, 40 anos, atuou durante seis anos em um presídio próximo à capital. Conheceu de perto o sistema prisional e conviveu com cinco colegas de trabalho que foram assassinados. Com o passar do tempo, ele desenvolveu um quadro de depressão e problemas cardíacos. Transferido para distintas unidades prisionais, após inúmeros pedidos de aposentadoria negados pela Justiça, foi internado em meados de 2012, com taquicardia, quadro que piorou com o tempo. O diagnóstico médico confirmou que ele estava com problemas cardíacos há cerca de cinco anos. Em setembro de 2012, Oliveira conseguiu, por fim, se aposentar, aos 38 anos.

Cássia, 38 anos, trabalha há 14 anos como agente de segurança penitenciária na Grande São Paulo. Já atuou no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) Feminino Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira, no Butantã, Zona Oeste de São Paulo, em uma penitenciária masculina e em dois Centros de Detenção Provisória (CDPs) masculinos, na região metropolitana de São Paulo. É mãe de duas filhas, uma de três e outra de 16 anos. O marido é agente penitenciário.

3.4 Minibiografias das fontes secundárias

Além dos personagens centrais do livro-reportagem, 21 fontes secundárias foram entrevistadas para compor a obra.

Roberto Ramalho atua há oito anos como agente penitenciário, no CDP de Taiúva. Foi entrevistado no dia 6 de setembro de 2013, durante ato realizado pela categoria e pelo Sifuspesp, na capital.

Fernando Augusto, 25 anos, trabalha atualmente no CDP de Taiuva, a 220 km de onde mora. É ASP desde os 20 anos de idade. Hoje, com cinco anos de profissão, fala sobre o estresse e a pressão do dia a dia, sobre amigos que não aguentam essa pressão e acabam cometendo suicídio ou se entregando ao vício da bebida. Fala, ainda, sobre as dificuldades de ficar longe da família e explica que a falta de oportunidade é o principal motivo que faz um jovem de 20 anos escolher a profissão de agente de segurança penitenciária e ir trabalhar longe da família. Foi entrevistado no dia 6 de setembro de 2013.

Ronaldo⁴⁶, entrevistado no dia 6 de setembro de 2013, entrou no sistema penitenciário em 2006. Começou a carreira de ASP aos 40 anos, no cadeia de Pinheiros. Na entrevista falou sobre a dificuldade de abandonar a família para assumir o cargo de ASP em outra cidade, sobre o medo dos agentes penitenciários do CDP de Pinheiros, onde começou sua carreira, depois da megarrebelião de 2006, sobre o dia a dia no presídio, a precariedade do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e a dificuldade de conseguir acompanhamento psicológico sem que para isso tenha que desembolsar o valor da consulta.

Adriana Souza⁴⁷, 26 anos, moradora de Taipas, mulher de um sentenciado que está encarcerado há oito anos, por latrocínio, que é roubo seguido de morte.

Marcos Vieira⁴⁸ atuou durante 14 anos na penitenciária de segurança máxima Maurício Henrique Guimarães Pereira, conhecida como P2, em Presidente Venceslau, no extremo oeste paulista. Neste presídio, cumprem pena alguns dos presos mais perigosos do Brasil, dentre os quais líderes da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), como Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, conhecido pelo agente de segurança em questão, conforme relato deste. Pereira está distante do sistema por depressão, problemas de artrose e discopatia degenerativa, processo de desgaste dos discos da coluna que, com o passar do tempo, causa dor intensa na pessoa. Entrevista feita pessoalmente no dia 6 de setembro de 2013.

Cássio está no sistema prisional há 13 anos. Trabalha hoje no CDP de Capela do Alto, na região de Sorocaba. Entrevista feita pessoalmente no dia 25 de fevereiro de 2014.

Esposa e dois filhos de Guaracy⁴⁹ – vivem parte do tempo em São Paulo e parte em Presidente Venceslau. Pediram discrição quanto aos detalhes.

⁴⁶ Nome fictício para preservar a identidade do agente.

⁴⁷ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

⁴⁸ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

⁴⁹ Os nomes não foram citados para preservar a identidade da fonte.

Lucas Carvalho⁵⁰ completa, em 2014, 15 anos de atuação na área. Está afastado da função por problemas psicológicos. O grupo manteve contato com ele por meio do *facebook*, pois não conseguiu se deslocar até a cidade onde mora no interior de São Paulo.

Luiz da Silva Filho, conhecido como Danone, é diretor de Saúde do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo (Sifuspesp), na atual gestão.

Raul⁵¹, 33 anos, é agente penitenciário na região metropolitana de São Paulo. Atua em um presídio desde 2002.

Lúcia Pereira atua há 25 anos em no sistema prisional. É sindicalista. Trabalha hoje no CDP de Bauru, no interior de São Paulo.

Simone Costa, 24 anos, é esposa de um presidiário que está encarcerado há dois anos e oito meses, por furto qualificado. Mora no bairro Cachoeirinha, na cidade de São Paulo.

Clarice Silva, 31 anos, é esposa de um sentenciado preso há seis meses por porte de arma e roubo de R\$640. Mora no Capão Redondo.

Fatima Souza, jornalista, atua na área policial e investigativa há cerca de 30 anos, será uma das possíveis fontes para este TCC. Com acúmulo de experiência em grandes veículos, trabalha como repórter policial na TV Record de São Paulo, desde 2005. Autora do livro “PCC: A Facção”, foi ganhadora de quatro prêmios Vladimir Herzog. A repórter também participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, da Câmara federal dos Deputados, em 2009, quando percorreu cerca de 60 presídios espalhados pelo Brasil, incluindo uma parte dos que estão no Estado de São Paulo.

⁵⁰ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

⁵¹ Nome fictício para preservar a identidade da fonte.

Fernanda Lou Sans Magano, psicóloga, é funcionária da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), presidenta da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenaspsi) e dirigente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (Sinpsi). Atua com perícias criminológicas, a fim de auxiliar a decisão judicial no processo que envolve a execução da pena do preso. Mas, além de ter essa próxima relação com os sentenciados, também é docente nos cursos de formação da Escola de Administração Penitenciária (EAP) aos Agentes de Segurança Penitenciária e aos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVPS).

Talita Melo, advogada e integrante da Rede 2 de Outubro. A rede em que participa faz memória ao massacre que aconteceu no dia 2 de outubro de 1992, na Casa de Detenção do Carandiru, onde foram assassinados 111 presidiários, e cobra do Governo estadual a responsabilização do Estado e de seus agentes pelas mortes do Carandiru. Nos últimos anos, Talita trabalhou como coordenadora jurídica da Pastoral Carcerária, onde hoje atua como voluntária - realizando visitas em presídios. Esta pastoral tem relevância nacional no trabalho junto aos presidiários e é um dos órgãos que compõem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa entidade é protagonista em denúncias de casos de tortura por agentes penitenciários. Já visitou: os CDPs da capital: Pinheiros, Vila Independência e Belém; a penitenciária Feminina do Estado e a penitenciária feminina da Capital; o CDP feminino de Franco da Rocha; a penitenciária masculina de Franco da Rocha; o CDP masculino de Guarulhos; a penitenciária feminina da Campinas; a penitenciária feminina de Tremembé; a cadeia feminina e a masculina de Franca e todo complexo prisional de Itirapina.

Trabalhadora⁵² que atua há cerca de 20 anos na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), entidade que se tornou “referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas”. Ela pediu que seu nome fosse preservado e que qualquer reportagem concedida se mantivesse baseada em informações sem identificação das fontes, ou seja, *off the records*.

⁵² Pediu sigilo absoluto para não expor seu nome.

Josmar Jozino, jornalista desde 1994. Em 2005 escreveu o livro “Cobras e Lagartos”, no qual conta o nascimento do PCC (Primeiro Comando da Capital) pela ótica das primeiras damas (esposas e namoradas dos líderes do partido do crime). A obra conquistou o Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos no mesmo ano. Em 2008 Jozino conquistou o prêmio novamente, dessa vez com o livro “Casadas com o Crime”, no qual descreve a história e a vida das mulheres que se envolveram com os líderes do crime organizado. Em 2012, lançou o livro *Xeque-Mate*, que relata a guerra entre o crime organizado e a polícia militar e, atualmente, trabalha no jornal *Agora São Paulo*

André Caramante⁵³, repórter, tem amplo currículo na cobertura da segurança pública. Foi homenageado, em 2012, com o prêmio Santo Dias da Silva pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e, em 2013, com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Atuou por 14 anos e meio no Grupo Folha. Nos últimos oito anos, trabalhou como repórter do jornal *Folha de S.Paulo*. Foi perseguido por reportagens investigativas que produziu. Depois de 90 dias exilado com a família, foi demitido da *Folha de S. Paulo* ao retornar ao Brasil.

João Rinaldo Machado é o atual presidente Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo (Sifuspesp).

Carol Cardoso é agente penitenciária há cinco anos na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista.

3.5 Finalização

O livro fechado possui 140x210mm. O miolo contém 180 páginas impressas em preto e branco, em papel *Off-Set 75g*. A capa está no formato 140x548,9mm, com orelhas de 60mm, impressa em papel Couché 250g, fosca, colorida, com encadernação *Hot Melt* (lombada quadrada).

⁵³ As informações sobre André Caramante constam no livro-reportagem do grupo.

A capa e as ilustrações foram feitas pelo desenhista Vitor Teixeira, com nanquim sobre papel e técnicas de fotomontagem digital. Acredita-se que o traço “sujo”, duro, repleto de rabiscos, faces humanas identificáveis e a ausência de cor, foi uma escolha acertada, pois conseguem transmitir, ao menos um pouco, o sentimento que tantos agentes passaram nas entrevistas sobre suas impressões do cárcere: algo desumano, cruel e violento.

Quanto ao conteúdo do livro-reportagem, a obra inicia-se com um prefácio escrito pela jornalista Fatima Souza, jornalista, repórter, atualmente na TV Record de São Paulo.

“Entre Grades” é o título da introdução que faz um breve histórico do sistema penitenciário mundial, do Brasil e de São Paulo. É mostrada também a realidade atual dos carcereiros e as condições precárias de trabalho e segurança.

No primeiro capítulo, “Encarcerados”, é apresentado o agente Rafael Vieira, nome fictício para preservar a identidade do trabalhador. O agente precisou escolher entre trabalhar na roça com o pai ou tentar a vida na carreira pública que, com um salário estável, poderia ajudar mais a família. Mesmo com o choque de valores logo no primeiro dia de trabalho na penitenciária, preferiu continuar ao invés de voltar para a roça. Neste capítulo, abordam-se os temas de tortura de agentes contra os detentos, falta de oportunidades de emprego, distância de moradia do agente, preconceito contra a profissão, insegurança dentro e fora do presídio, indiferença do Estado, saúde do agente e rebelião.

No capítulo “Segunda morada”, o grupo apresenta a história de Guaracy. Com diversos problemas que o fazem tomar 403 comprimidos por mês e apesar do cotidiano violento e triste, conta histórias com certo humor de presos homossexuais no cotidiano da cadeia. Guaracy também denuncia diversas facções nos presídios paulistas e a falta de atenção que o governo trata esse tipo de assunto. Ele e a família chegaram a ter a casa invadida e foram ameaçados de morte. Os temas tratados nesse capítulo compreendem a relação dos agentes, no cotidiano das cadeias, com gays, travestis e transexuais; facções criminosas, indiferença do Estado, insegurança dentro e fora dos presídios e saúde do agente e de sua família.

No terceiro capítulo, “Coração gigante”, Sidnei Oliveira é o personagem principal. Ele afastou-se da mulher e do filho para abraçar a profissão de agente penitenciário. Não por que gostava, mas porque não tinha opção. O sogro chegou a oferecer trabalho, mas Sidnei, orgulhoso, preferiu ele próprio levar o sustento para a família. A esposa deixou claro que ele, e apenas ele, tinha passado no concurso. Ela e o filho ficaram na cidade em que moravam, no interior de São Paulo, e Sidnei foi morar na região metropolitana, em Osasco. O casamento ao longo dos anos esfriou. Hoje, Sidnei aposentou-se por invalidez, depois de seis anos como agente. Seu coração inchou como se tivesse a doença de Chagas. Diversos cardiologistas consultados não souberam informar o motivo exato, sendo a causa mais provável o estresse diário da profissão. Sidnei denuncia as falhas no sistema, como a revista dos funcionários. Afirma que sempre fez questão de ser revistado, mas colegas, que conheciam os responsáveis pelo trabalho, valia da confiança para não terem que passar pelo procedimento. Assim, abriam-se brechas para que armas e celulares entrassem na cadeia por funcionários corruptos ou ameaçados. O capítulo aborda saúde do trabalhador, problemas familiares, indiferença do Estado, meio ambiente do trabalho, relacionamento com colegas de profissão, insegurança dentro e fora dos presídios e morte de agentes.

Em “Mulheres no sistema”, Cássia é a agente que dá vida ao capítulo. Ela largou o magistério pela possibilidade de um salário estável no funcionalismo público. Encontrou um presídio com uma diretoria arbitrária e marcada por dar vantagens para alguns funcionários mais próximos. Cássia, como preferiu não agradar a diretoria, teve que cumprir plantões extras e horários incompatíveis com o seu cotidiano. Nem a denúncia na Corregedoria surtiu efeito. Por fim, mesmo tendo duas filhas, foi transferida de unidade. Essa história ainda se repetiria outras vezes mais. O marido também é agente penitenciário e nem ele nem a esposa querem uma profissão dessas para as filhas. Esperam poder ter condição de dar oportunidade a elas de escolherem outro ofício. Neste capítulo, a questão das visitas íntimas, assédio moral e sexual, saúde do agente, insegurança dentro e fora do presídio, revistas constrangedoras, violência contra agentes, tortura contra sentenciados, rebelião e indiferença do Estado são os temas tratados.

O último capítulo, “Encarceramento da informação”, surgiu a partir de uma entrevista com a jornalista Fátima Souza. A profissional relatou o quanto seria difícil

e, provavelmente, impossível, conseguir informações oficiais do governo do Estado de São Paulo. De fato, assim aconteceu. Com a alegação de que se trata de informação de segurança, o governo não fornece praticamente nada sobre o assunto. E, ainda, procura ocultar e negar fatos vindos por outros meios de comunicação. Esse capítulo narra alguns problemas que os repórteres encontraram e histórias que ouviram de diversos profissionais e jornalistas relacionadas ao silêncio que pesa nas pastas da Administração Penitenciária e Segurança Pública de São Paulo.

No final da obra, o grupo optou por colocar um glossário de gírias da cadeia, a partir das palavras que eram citadas pelos agentes de segurança penitenciária, ao longo das reportagens.

3.6 Orçamento

| TCC - CUSTOS | |
|---------------------------------|---------------------|
| ITENS | VALOR TOTAL |
| Revisão | R\$ 392,00 |
| Diagramação | R\$ 700,00 |
| Capa e ilustrações | R\$ 400,00 |
| Impressão do relatório | R\$ 120,00 |
| Impressão do livro | R\$ 1.060,70 |
| Gastos com deslocamento/viagens | R\$ 300,00 |
| TOTAL | R\$ 2.972,70 |

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do projeto “Vidas encarceradas: trabalho e cotidiano dos agentes penitenciários de São Paulo” permitiu ao grupo ampliar e aprimorar o conhecimento e a experiência no campo do jornalismo. As histórias dos personagens principais entrevistados, a escolha de uma profissão considerada arriscada, a busca pela estabilidade de um emprego público, as contradições do ofício e a presença de facções criminosas nas cadeias foram algumas das questões que enriqueceram o repertório dos repórteres, no aspecto profissional, e ensinaram mais sobre as relações humanas, por meio do contato com familiares e amigos dos guardas do cárcere.

O trabalho exigiu distanciamento emocional, nem sempre fácil, apuração rigorosa e que cada informação fosse checada várias vezes. As fontes foram mantidas em sigilo, para preservar as identidades dos personagens. Essa garantia⁵⁴ permitiu maior liberdade no diálogo com os agentes sobre o cotidiano que vivem dentro e fora das cadeias. Cumpriu-se o que afirma o artigo 5º inciso XIV da Constituição brasileira: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”. A busca por cada entrevistado, o convencimento para dar seus depoimentos, as diversas horas gastas para que o agente tivesse, no grupo, pessoas em quem ele poderia confiar ao falar sobre seu desespero diário e seus erros, foram momentos de aprendizado.

As pesquisas documentais e de campo fizeram com que o grupo comprovasse que não existe vasta obra sobre o dia-a-dia desses trabalhadores, as relações que vivem nas cadeias e as doenças ocasionadas em decorrência do ofício. O problema delimitou-se em: de que forma o trabalho nos presídios paulistas afeta a saúde física e psíquica e interfere no cotidiano profissional e pessoal dos agentes de segurança penitenciária (ambos os gêneros)?

Das quatro hipóteses, duas se confirmaram. A primeira é que os agentes penitenciários desenvolvem doenças psíquicas, como depressão, síndrome do

⁵⁴ Solicitada pelas fontes.

pânico e ansiedade, e físicas, como cardiovasculares e respiratórias. Sidnei⁵⁵ e Cássia, personagens do livro-reportagem, comprovaram isso. Eles adoeceram como consequência do ofício. Diferente não foi com o personagem Guaracy, que chega a tomar 403 comprimidos por mês. A segunda é que o descaso quanto à falta de infraestrutura adequada e de condições trabalhistas, como baixos salários, gera estresse nesses trabalhadores. Essas foram as afirmações de todos os agentes entrevistados, homens e mulheres, no decorrer da greve que o grupo teve oportunidade de acompanhar, no mês de março.

A hipótese que afirma que “a impunidade praticada pelo Estado faz o agente penitenciário desacreditar na efetividade do sistema prisional da forma como existe” não se confirma, pois as violações aos direitos humanos não estão presentes apenas no alto escalão do sistema penitenciário. A tortura também foi relatada, durante as entrevistas, por dois agentes que cometeram essa prática considerada ilegal pela Constituição Federal. E a hipótese: “o convívio diário com a violência dificulta ao agente discernir os papéis diferenciados que vive enquanto trabalhador, pai, amigo, marido” é refutada pelo grupo. A profissão influencia no cotidiano e nas ações do agente frente às pessoas de relação mais próxima, mas os agentes não apresentaram dificuldades em diferenciar os locais de atuação e os papéis que exercem em cada local de suas vidas.

A grande reportagem e o trabalho investigativo permitiram ao grupo enxergar a questão da segurança pública de uma forma mais ampla. Constata-se que o assunto é tratado, na maior parte do tempo, de forma simplista pela sociedade, que parece acreditar que apenas com maior e melhor policiamento tudo se resolve. Mas é muito mais complexo. E, nisso, os trabalhadores do sistema prisional são peças importantes. Pagos para cuidarem e recuperarem o sentenciado terminam, eles próprios, psicologicamente abalados e sem respaldo governamental. Além de não recuperarem o detento, ainda aumentam as estatísticas de afastamentos e aposentadorias por invalidez.

A falta de um governo presente e a força do crime organizado talvez sejam uma das explicações para os casos de agentes penitenciários que se tornam alvos

⁵⁵ Sidnei é o personagem principal do capítulo “Coração gigante” do livro-reportagem, Cássia a do capítulo “Mulheres no sistema” e Guaracy a do capítulo “Segunda morada”.

fáceis de violência e corrupção, o que aumenta a insegurança da sociedade. Essa mesma sociedade que é vítima, mas também culpada, ao não dar a devida atenção ao problema.

Um dos desafios do grupo foi compreender como funciona uma cadeia, entender que ela possui leis e sistemas próprios. Saber a rotina, a função dos diversos trabalhadores, a dinâmica de um presídio e como isso afeta a saúde do ASP, a pessoa que fica mais próxima com aqueles que a sociedade não quer ter nenhum tipo de convívio. Esse isolamento, das pessoas com o sistema carcerário, também passa pela distância física dos presídios paulistas. O grupo teve diversas dificuldades em deslocamentos para as entrevistas. A maior parte das detenções localizam-se no interior e, conseqüentemente, os guardas prisionais.

Ao longo do projeto percebeu-se também ficou clara a falta de transparência do Estado ao tratar do tema, problema que, certamente, muitos jornalistas enfrentam. Muitas das informações que buscamos não foi possível verificar diante das dificuldades impostas pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária no acesso aos dados. Um dos problemas apontados por profissionais de comunicação que atuam na área é o fato de a assessoria da pasta ser terceirizada e não tratar os dados do segmento com bem público, mas como um tesouro a ser escondido.

Por fim, a história dessas vidas encarceradas não está na capa dos jornais, tampouco pode ser avaliada com julgamentos maniqueístas, de bom ou mau. Acreditamos ter compreendido, por meio das narrativas, de que forma o trabalho nos presídios paulistas afeta a saúde física e psíquica e interfere no cotidiano profissional e pessoal dos guardas prisionais. Reiteramos aqui o nosso compromisso e responsabilidade em informar, por meio do livro-reportagem, aos que não conhecem a história do sistema prisional. Esperamos que este trabalho inspire outras pessoas a dar continuidade ao assunto.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BOAS, Sergio Vilas. **Perfis: e como escrevê-los**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

BORGES, Rogério. **Jornalismo Literário – análise do discurso**. Florianópolis: Insular. 2013.

BRASIL. **Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. CPI sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. (Serie ação parlamentar; n. 384). 1. Comissão parlamentar de inquérito (CPI), relatório final, Brasil. 2 Sistema penitenciário, Brasil. I. Título II. Serie.

BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. **Por entre as grades: um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina**. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado) - Instituto

BURGH, Hugo de. **Jornalismo investigativo: contexto e prática**. São Paulo: Roca, 2008.

CARVALHO, Everaldo. **O Sistema Penitenciário na Ótica Negra**. Monografia no curso de Pós-Graduação em História e Cultura Afro-Brasileira, Fundação Visconde de Cairu, 2007.

CORREIA, Ademildo Passos. **Uma análise dos fatores de risco da profissão do agente penitenciário: contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão penitenciária**. 2006. 66 páginas. Monografia no Curso de Especialização - Latu Sensu - Gestão Penitenciária: Problemas e Desafios – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, 2006.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

JOZINO, Josmar. **Cobras e Lagartos - A vida perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2004.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. 2010. 226 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FILHO, Marcondes Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2004.

MORAES, Pedro R. Bodê de. **A identidade e o papel de agentes penitenciários**. Tempo Social: Revista de Sociologia, São Paulo, v. 25, n. 1, p.131-147, jul. 2013.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2008.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SEQUEIRA, Cleofe de Monteiro. **Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Fatima. **PCC- A Facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

——— **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CUNHA, Luiz Cláudio. **Livro-reportagem: Um jogo de paciência e investigação.** Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=510AZL001> Acesso em: 4. nov. 2008.

PELLEGRINI, Marcelo. **Expectativa de vida de agentes penitenciários é de 45 anos.** Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=41743>. Acesso em: 27 out. 2013.

RUMIN, Cassiano Ricardo. **Sufrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental.** Psicologia, Ciência e Profissão, v. 26, n. 4. 2006. p. 570-581. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021750005> Acesso em: 20. set. 2013.

5. ANEXOS

ANEXO A

Reportagem a partir de entrevista com Sidnei Oliveira

Pólvora e medo, uma vida ameaçada

Durante seis anos, Sidnei Oliveira conheceu de perto o sistema prisional em São Paulo; o medo até hoje permanece em seus sonhos.

Era um 1º de maio de 1974, uma quarta-feira, quando Sidnei Oliveira nasceu. Dez anos após o Golpe Militar brasileiro. No mesmo ano e na mesma terra, surgia também uma das orquestras sinfônicas municipais mais famosas do Brasil, a de Campinas. A sinfonia nº 6 do russo Tchaikovsky talvez pudesse ser apresentada num dos palcos de onde veio aquele menino. Como obra que desencadeia emoções fortes, ela retrataria o drama vivido por ele, após 32 como agente penitenciário nas cadeias de São Paulo.

Por muito tempo, desde a infância, Oliveira viveu em diferentes cidades do interior paulista com seu pai, servidor público federal que, de tempos em tempos, era transferido para algum lugar diferente.

“Eu não tive uma infância muito boa, por causa de uma criação enérgica dentro de casa. Na escola tinha que andar uniformizado, sempre obrigado a obedecer as filas e a cantar o hino nacional todos os dias antes da aula. Estudei em colégio interno e morava lá, só ia pra casa aos finais de semana”.

Oliveira trabalhou vários anos em usinas de açúcar e álcool, até migrar aos poucos. Robusto e cheio de sagacidade, resolveu mudar de área profissional e fez um curso de segurança armado. Foi atuar com escolta em empresas e órgãos públicos.

Dois irmãos mais velhos dele trabalhavam como agentes penitenciários e, ao ver o dia a dia deles, percebeu uma estabilidade oferecida pelo Estado. Parecia-lhe melhor do que uma empresa privada. Era a busca por qualidade de vida. “Mas não era um sonho, ser agente penitenciário não deve ser o sonho de ninguém.”

Em 14 de agosto de 2006 já havia percorrido muitos cantos, quando chegou a Osasco para trabalhar no Centro de Detenção Provisória 1 (CDP I).

Coincidentemente, na mesma data em que se celebra a profissão do cardiologista, um profissional que, após alguns anos, passaria a visitar cotidianamente.

Três meses antes, cerca de 20 penitenciárias em todo o estado de São Paulo estavam rebeladas, nas mãos do Primeiro Comando da Capital, o PCC. Osasco não era exceção. Ainda num estado de calamidade, ninguém queria entrar no sistema e dos convocados para o concurso público no qual Oliveira passou, metade desistiu. A cadeia para onde foi comportava 768 presos, mas abrigava 1.300 num local reduzido, à época, em período de reformas. Eram 8 pavilhões para 96 presos cada, mas como dois estavam em obras, havia uma redução de 192 vagas, num cenário em que homens ficavam praticamente amontoados.

Para se tornar um agente penitenciário, é preciso fazer um curso de formação. Durante 90 dias, Oliveira aprendeu sobre abrir as celas para o banho de sol dos presos, fazer revistas da comida, do espaço e dos visitantes. Entender como socorrer um detento caso ele seja esfaqueado pelos ‘colegas’ do xadrez. Aprender a ser aquele que entra nos pavilhões sem nunca sequer ter usado um colete a prova de balas.

Ao retornar, o CDP já estava com 1.900 presos e os pavilhões com uma média de 320, alguns chegando a 360. No extremo, celas abrigavam 60 pessoas em espaços para apenas 12, com homens sujeitos à sensação claustrofóbica e ao cheiro horrível que envolvia aqueles espaços. Não pareciam ser para reabilitação, mas para o apodrecimento do ser humano.

A existência indigna naquele presídio localizado no quilômetro 20 da Rodovia Raposo Tavares, entre o Rodoanel, era rotina. “A contagem pelas manhãs e a conferência dos presos era sempre muito difícil e todos os dias gerava discussões. Começávamos o dia nos estressando e arrumando problemas com os detentos”.

Oliveira sabia não ser culpa dos servidores e, tampouco, dos presos que ali estavam. “A superlotação era a nossa realidade”. No fim da reforma, em 2007, quando os trabalhadores pensavam que tudo iria melhorar, o Centro de Detenção alcançou 2.400 presos. Dados esses confirmados pela própria Secretaria de Administração Penitenciária.

Durante cinco anos, foi para esse presídio que o agente desde os 32 anos, dirigiu-se diariamente. “Apesar do submundo criei vínculos de amizade com colegas de trabalho que se transformaram em irmãos e que, como eu, sofriam pena como criminosos naquele espaço”. Estar neste ambiente não fazia Oliveira feliz, mas com o passar dos anos a sua experiência lhe deu uma visão da complexidade da alma humana.

Mortes em série

Com olhar fixo como se vivesse o roteiro de um filme, Oliveira conta que muitos agentes sofrem pressões e intimidações constantes que prejudicam a saúde psicológica. E, para além das ameaças, os assassinatos de fato acontecem. Ao contrário de seus dois irmãos que trabalham no sistema penitenciário há 11 e 16 anos, respectivamente, ele enterrou em pouco tempo seis amigos de trabalho.

A primeira morte, em janeiro de 2007, foi com sua amiga Cláudia Pinilha, que trabalhava no CDP 1 de Osasco. À época foi noticiada nos grandes veículos da imprensa que ela morreu por atropelamento em Ourinhos, cidade onde nasceu no interior do Estado. Apesar de os policiais terem afirmado acidente, Oliveira e seus colegas de trabalho acreditam na hipótese do homicídio.

“Morávamos no mesmo condomínio de vinte apartamentos. Ela trabalhava e residia conosco na zona Oeste, bem próximo ao CDP 1. Às 10h da manhã ela saiu para fazer compras no Carrefour e não voltou. Às 2h da madrugada foi encontrada morta pela polícia, estrangulada e pendurada num viaduto, na zona Sul. A imprensa televisionada declarou que ela foi atropelada e, ainda, numa cidade do interior. A falta de seriedade em dar a notícia foi algo tão grave que abalou a todos”, lembra.

Contam alguns que poucos dias antes de ter sido morta, Cláudia teria comentado sobre possíveis irregularidades no CDP 1 de Osasco, como a entrada ilegal de telefones celulares na prisão.

No dia 1º de abril de 2007 executaram mais um amigo de Oliveira. O agente era Antônio Carlos Ataliba, trabalhador no CDP 1 de Pinheiros – foi executado em Osasco. Poucos dias antes, havia denunciado irregularidades na detenção. “Ele lavava o seu carro quando homens armados se aproximaram e deram oito tiros”, lamenta.

O medo e o desespero tomava conta dos servidores públicos. Em 14 de abril daquele mesmo ano, o agente Carlos do Carmo, de 33 anos, foi morto a tiros na rua do prédio onde morava, no Jardim Arpoador. “O Carlão era alguém muito próximo, estávamos na mesma situação. Um comerciante e uma empregada doméstica presenciaram o crime. Deram cinco ou seis tiros na cabeça dele em frente ao condomínio de seus familiares”.

Após três dias, Vanda Rita Brito do Rego também foi executada perto de sua casa no Rio Pequeno, zona Oeste de São Paulo. “Imagina, era uma senhora de 59 anos, morta a tiros num ponto de ônibus. Ela estava a caminho do CDP 2 de Osasco, onde trabalhava há quatro anos, e dois motoqueiros encapuzados a mataram com 15 tiros. No sistema prisional, ela completava quatorze anos de profissão”, relembra com tristeza.

As ameaças continuaram aos agentes e se alastraram as sensações de incapacidade, medo e pavor representadas na narrativa de cada trabalhador. “Deixamos de viver e nunca mais andamos sós. A única vantagem que tínhamos é que morávamos em muitos em uma república e então nos acompanhávamos para ir e vir do trabalho e ir às ruas comprar comida”, explica Oliveira.

Era 17 de julho de 2007, mesmo dia em que explodiu no Aeroporto de Congonhas o Airbus A-320 da TAM, vitimando 199 pessoas. Às 19h20, o plantão foi encerrado no CDP 1 de Osasco, quando o crime organizado começou a tentar o resgate de um presidiário famoso, conhecido por Bin Laden.

“Eles atiraram com sinalizadores na caixa d’água, parecia uma guerra. Lançaram três morteiros para derrubar a muralha e desviar a atenção. Fizeram isso no CDP 1 e no CDP 2. Só tínhamos certeza de que haviam diversas carretas estacionadas e que queriam explodir alguma coisa. Foi um desespero só. Vários funcionários conseguiram evitar a fuga e, invadindo a linha de tiro, resgataram o preso”, conta. A partir daí, relata, a ira do crime organizado contra todos os trabalhadores aumentou.

O ano foi tão difícil que no final dele a mãe de Oliveira lhe implorou para que fizesse exames médicos. Ele resolveu, então, procurar um cardiologista de sua cidade e constatou que sua saúde estava intacta. Ao menos, parecia.

Em 2008 continuaram as intimidações do crime organizado. No dia 7 de abril, Oliveira se deparou na entrada do CDP 1 com seu amigo Rodrigo, saindo em alta velocidade com o carro. “Não entendemos o que se passava e logo em seguida ficamos sabendo. Seu pai, Arnóbio Araújo Neiva Filho, teve o carro alvejado por vinte tiros, dos quais quatro o acertaram”.

Depois de algum tempo e muitas ameaças, Rodrigo foi transferido para uma unidade no interior do estado. Ao chegar lá também começou a ser assediado moralmente e perseguido pela morte do pai.

“Foi jogado às traças e teve que morar na rua. Passou até fome para preservar a família para que o crime organizado não encontrasse o seu endereço e o de seus familiares. Derrotado por falta de apoio maior do Estado, ele preferiu pedir exoneração. Até hoje, nenhuma autoridade competente o visitou. A vida dele se resume à dependência de medicação controlada”.

No dia 11 de abril, sexta-feira, Oliveira estava no setor de inclusão. Alguns presos iriam para o Fórum. Os funcionários perceberam que havia alguma coisa estranha na cadeia. Às 13h40 começou uma rebelião e dois amigos de trabalho ficaram como reféns.

“Fui eu e mais um retirá-los de lá. Apanhamos e batemos, saímos na marra com força máxima, não tinha como negociar. A ordem dizia que se ficasse alguém, era pra morrer. Foi uma das piores coisas que já vivi. Uma dessas na vida basta. A pressão foi a mil. Até hoje sonho com presídios e rebeliões. Como um inferno da vida real”. Os detentos destruíram a unidade e foram parar apenas na segunda-feira.

A história do CDP saiu na imprensa e o governo do Estado, sob gestão de José Serra (PSDB), declarou que só havia sido um motim e que no presídio para 768 pessoas tinham 830 detentos. “O que a imprensa dizia não correspondia aos fatos. Estávamos com 2.332 presidiários. Um caos”.

O crime comanda

Depois da morte de Arnóbio, o crime organizado fez uma lista com onze nomes de agentes que seriam executados, um a cada trinta dias. “Começaram a nos perseguir com carros estranhos, nos cercavam no caminho do trabalho, nos

comércios e nos arredores. Pedíamos ajuda e não éramos atendidos por ninguém”, denuncia Oliveira.

Ele foi viver com vários amigos em um barracão de madeira para fugir das perseguições, mesmo pagando aluguel onde já morava - para despistar quem os ameaçava. “Esse barraco de madeira onde moramos por dois meses era dentro do presídio.”. À época, o então secretário de Administração Penitenciária, Antônio Ferreira Pinto, falou para os funcionários que o governo de São Paulo faria um alojamento digno para os servidores ficarem hospedados. Pouco tempo depois, o barracão foi derrubado e a promessa não foi cumprida.

No dia 7 de maio de 2008, exatamente 30 dias após a carta, o crime organizado cumpriu sua promessa. O agente Josesito Moreira Protes, de 58 anos, foi morto a tiros, quando chegava em casa, no Jardim da Glória, em Osasco.

Os funcionários foram buscar ajuda, estavam desesperados. “Procuramos o diretor Luiz Danone, do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp), que pressionou o governo do Estado a se mobilizar”. A Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) começou a investigar e prendeu uma quadrilha que estava em um motel na Avenida Raposo Tavares, fortemente armada, com planos, listas e endereços para cumprir as execuções.

Descaso do governo paulista

Oliveira fez vários pedidos de transferência de unidade que demoraram muito para serem respondidas. Em 2008, ao retornar de férias, ficou sabendo que os bandidos haviam feito uma reunião e que o seu nome e o de mais quatro pessoas estavam na lista. A única coisa que a coordenadoria da capital lhes disse foi que estava preocupada com a vida dos servidores, mais nada.

“Muita gente se matou depois disso. Um amigo, estando em sua casa, deu um tiro na própria boca”.

Há cerca de três anos, a Agência USP publicou uma matéria intitulada “Estudo aponta que expectativa de vida de agente penitenciário é de 45 anos em SP”. O autor do doutorado sobre o assunto foi o psicólogo Arlindo da Silva Lourenço. “Estes índices são reflexo da alta jornada de trabalho dos agentes carcerários (12

horas de trabalho e 36 horas de repouso), das más condições de trabalho nas penitenciárias e do ressentimento dos agentes em relação à dificuldade de modificar o ambiente de trabalho”, afirmou a reportagem.

Em matéria do dia 6 de abril deste ano, o jornal O Estado de São Paulo destaca ainda que após 20 anos do massacre do Carandiru, “um terço dos presídios paulistas está com lotação maior que a da Casa de Detenção na época em que 111 presos foram mortos, em outubro de 1992”.

“A situação tende a permanecer como está, pois os trabalhadores penitenciários lutam e reivindicam, principalmente, melhorias salariais; ao mesmo tempo, as penitenciárias estão longe de ser uma política pública prioritária para o Estado”, afirmou o psicólogo Lourenço.

Sequelas do medo

O natal de 2008 chegou trazendo más notícias. O amigo que morava com Oliveira passou mal na madrugada. Mesmo assim, foi trabalhar pela manhã e, chegando lá, foi parar no hospital com princípio de infarto, aos 33 anos.

No dia seguinte, com a mesma idade do amigo, Oliveira se sentiu indisposto e, ao verificar a pressão arterial, percebeu que subira para 22x14. À beira do abismo, também foi levado ao hospital na Rodovia Raposo Tavares, que não estava funcionando. Passou por péssimos momentos no próprio CDP onde foi medicado naquela tarde até conseguir se recuperar.

Após este ocorrido, ele começou a se sentir mal seguidamente. “No dia seguinte estava de folga, fui negociar um revólver e, quando cheguei em casa, tornei a passar mal. Me levaram para o Instituto do Coração (Incor). Ali detectaram que eu estava com uma cardiopatia”.

O médico disse a Oliveira que ele estava com bloqueio de ramo esquerdo e inchaço no coração. Passou por pelo menos três cardiologistas que comentaram nunca terem visto situação igual nesta idade aparecer de um ano para o outro. “Dali pra frente teria que tomar medicamentos e nunca mais pude abandonar um cardiologista”, relata com lástima.

Ele conta que de tanto frequentar o hospital e não ter na aparência física o que os exames identificavam, virou o comentário. “Isso era dentro de meu convênio médico particular porque se eu dependesse do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) estaria morto”, desabafa.

Com esta situação, teve que tirar inúmeras licenças do trabalho. “Como prêmio do Estado perdia 40 % do salário e, ainda, tinha que pagar aluguel na capital, pois não sabia o que eles iriam fazer comigo. Não sobrava nada de dinheiro.”.

Os anos de 2009, 2010 e 2011 se resumiram a idas e vindas ao hospital. “Mesmo assim continuei sendo assediado moralmente por chefes que queriam me colocar em postos de trabalho estressantes”. Fez denúncias na corregedoria e na coordenadoria. “O sistema é assim, ingrato, do medo e de ameaças de transferências irregulares, quando você não concorda com ordens absurdas”.

Após inúmeros pedidos negados, Oliveira foi transferido para a penitenciária de Balbinos 1, no interior de São Paulo. Mesmo assim, fazia sempre exames com acompanhamento dos médicos. O Estado queria que o seu caso fosse julgado improcedente, mas seu advogado apresentou réplica e pediu perícia médica. A juíza concedeu o pedido e nomeou um médico do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo para fazer a avaliação, que o questionou sobre o motivo pelo qual o Estado ainda não o aposentou.

No meio de 2012, Oliveira – em período de repouso – foi internado com diagnóstico de taquicardia, com 150 batimentos cardíacos por minuto. A partir desse quadro, ele começou a ter muitas arritmias. “O diagnóstico médico confirmou que eu estava com problemas cardíacos há pelo menos cinco anos”

Em setembro de 2012, ele conseguiu por fim se aposentar, aos 38 anos. “O presídio é o limite sim, entre a vida e a morte de um ser humano tanto para os bandidos como para os funcionários”.

Insegurança no sistema prisional

Os servidores que atuam nos presídios estão preocupados. Somente em 2013, foram executados pelo menos três agentes penitenciários: um foi morto com 115 facadas em Jaú-SP, os outros dois foram assassinatos a tiros em Poá e Diadema-SP.

Segundo Luiz da Silva Filho, o Danone, a situação é complicada dentro e fora das cadeias. “Temos um clima de insegurança permanente e faltam funcionários porque alguns morrem, outros adoecem ou se aposentam. O maior índice de afastamento é por problemas psicológicos”, afirma.

O quadro piora ao se tratar da falta de infraestrutura. No Estado, existem mais de 200 mil pessoas presas nos 154 estabelecimentos existentes – o que, segundo o sindicato, chega a exceder 300% da capacidade.

Oliveira faz hoje parte das estatísticas. Sua vida, porém, em um Estado martirizado pela violência, nunca mais será a mesma.

ANEXO B

Decupagem da entrevista com a jornalista Fatima Souza

GRUPO TCC: Nossa proposta é fazer perfil dos agentes penitenciários. Levantando seus hábitos, histórico familiar e cotidiano. Como avalia a questão da saúde desses trabalhadores?

Fatima Souza - É o remédio ou a cachaça. Ou ele (agente penitenciário) acaba se viciando em bebida, bebe pra cacete, muitos até usam droga. Ou acabam indo no psiquiatra, que é uma merda, porque você terá que usar o serviço do estado. São poucos psiquiatras e nem todos são bons e o tratamento é absolutamente 'por cima'. Vão acabar receitando um psicotrópico qualquer. Então ou ele fica viciado no remédio, ou na droga ou no álcool. Acaba sendo a realidade de muitos agentes penitenciários.

A gente que trabalha com jornalismo se não bebe fica louco. Imagina os caras que vivem o stress daquela maneira? Hoje o agente penitenciário tem que medir o que ele fala para o bandido. Porque, de repente, o individuo é do PCC e no primeiro ataque que acontecer é o agente que entra na lista para morrer. Este medo não restringe só aos agentes. O policial tem, o promotor tem, o juiz tem. Promotor hoje não dá nome. Na matéria que rodamos (na Record) sobre o Marcola, você ouviu algum nome de promotor? Não, eles têm medo do PCC. É sempre assim: "Vários promotores do Ministério público..." nunca individual. Este medo é o que o Agente também tem. A diferença é que promotor de justiça tem carrão blindado, um monte de segurança e o agente não. Imagina o medo do agente que ganha mal, anda de trem. É exacerbado. É muito difícil.

A relação do agente com o preso mudou depois do massacre do Carandiru?

Fatima Souza - Você não pode comparar a dinâmica de uma cadeia de 1930 com a de 2014. Mais ou menos o Drauzio (Varela) faz isso. Ele compara uma cadeia muito velha, onde você tinha outro tipo de comportamento. Onde o agente penitenciário era respeitado, o preso para falar com ele olhava para baixo e colocava as mãos para trás. E eram cadeias mais vazias. Não tinha problemas de superlotação ou de facção criminosa. A cadeia se divide em um tempo que tinha uma quantidade menor de pessoas presas e depois que começou a superlotação carcerária que deu

surgimento as facções criminosas. Então você percebe dois tipos de 'cadeia'. Um entre 1950, 1960 até 1970, no auge da ditadura, que já nasce uma facção dentro da cadeia que é facção Serpentes. Tinham cunho político, eram contra a ditadura e de qualquer forma plantou uma sementinha para as facções que surgiram depois. De 70 para frente a dinâmica das cadeias mudou.

As novas facções surgiram por quais motivos? Tem algum específico?

Fatima Souza - Não, penso o que favoreceu o surgimento das facções foram os governos. Especialmente o governo do estado de São Paulo. E não é só porque eu e o Alckmin temos uma relação de ódio profunda. Mas porque é onde tem a maior população carcerária do país. O governo favoreceu isso quando as cadeias viraram fontes de renda para muita gente, o preso não tem direito nenhum lá dentro. A sociedade foi convencida aqui fora de que o preso tem refeição de primeira, tem médico, tem dentista, o que não é verdade. Eles não têm nem advogado ativo. É um a cada 15, 20 mil presos, então tem gente que fica mais de vinte anos preso e não vê a cara de advogado porque não tem dinheiro pagar e o Estado não dá. Na CPI carcerária, a gente foi num presídio que a diretora disse que jamais recebeu uniforme. Só que tem licitação e compra de uniformes. O preso toma banho frio porque o diretor não liga a energia para não gastar energia, mas a conta de luz é astronômica. É uma serie de mazelas e um perfil de preso diferente. Não é mais um cara 'burro'. Eles estão mais educados e politizados. É um perfil diferente do da década de 70.

Eu dou risada quando dizem que o Estado gasta seis mil reais com um moleque da FEBEM e quatro mil com preso. Se a família não levar sabonete ele não tem. Se a família não levar colchão, ele dorme no chão. Se a família não levar cobertor ele passa frio. Então, aonde vai o dinheiro? Cadê essa grana? Que o Estado diz gastar com estes presos. Eu fiz uma matéria na antiga Detenção que eu peguei uma lista de comprar que tinha 500 quilos de bacon. Preso nunca viu bacon lá dentro. Esse 'bacon' na verdade era uma falcatrua entre o diretor da cadeia e o dono de uma empresa alimentícia que fingia que entregava mas não entregava e eles dividiam a grana. A empresa fica com 20% do valor da nota e o diretor com oitenta. E que dividia com os carcereiros. Então essas coisas foram sendo vistas pelos próprios presos. Que não é um bando de idiota que tá lá dentro. E não é assim. São pessoas

que passam por coisas que nós passamos aqui fora e agora passam lá dentro também. Então isso faz com os presos questione e perguntem também aonde está o dinheiro que disseram que gastam com eles. Cadê o bacon que dizem que a gente come? Cadê o uniforme?

O PCC nasceu de uma maneira que eu concordo plenamente, tem gente que quebra o pescoço quando eu digo isso, mas eles nasceram para defenderem os direitos que eles não tem. A sociedade é convencida que o preso deve entrar, morrer ser estuprado e foda-se. Errou e tem que pagar lá dentro. O deputado Domingos Dutra, durante a CPI Carcerária, disse uma frase muito legal: **Hoje eles estão contido, amanhã contigo**. E isso a sociedade não se liga. Amanhã os caras vão sair de lá mais monstros. Mas não tem uma vontade da sociedade civil de recuperar os presos. Sempre comparo Japão e Brasil. Japão: 90% dos presos saem recuperados, 10% volta. Brasil: 90% dos presos voltam para cadeia e 10% se recupera. Alguma coisa está errada. E a sensação de descaso da sociedade é um reflexo disso. Quando acontece alguma coisa com o preso, você vê os radicais postando: “tem que matar mesmo” ou “tem que morrer mesmo”. Então a sociedade não cobra mudanças e se não cobra o governo se aproveita e chega um momento que os encarcerados viram isso. E acabou sendo outro tipo de preso, que formou sindicato. E o PCC, inicialmente, acaba virando um sindicato dos presos para pedir mais jumbo, colchão, psicólogos para que o governo invista realmente o que diz investir. Você pega uma população como a FEBEM e quer resultado com planejamento errado dos governos federal, estaduais e municipais. Tem o caso do Geleia (fundador do PCC), que uma vez me falou que era produto da praça da Sé. Foi abandonada pela família lá quando tinha 8 anos. Fui estuprado, roubei e aprendi como que é a vida. Ele falou “vai na praça da Sé agora, tem outros 300 como eu. Porque uma cidade como São Paulo, com a grana que a gente tem, não tira estes jovens da rua? Você coloca na Fundação CASA (Antiga FEBEM) um monte de garoto que não teve uma estrutura familiar, passou por muita dificuldade na vida para ter aula de origami com um psicólogo. É mentira, com todo respeito. Este menino tem que ter aula civilidade, tem que aprender e escrever, aprender a trabalhar. A maior gozação é a hora da aula de origami, a molecada se reúne no pátio, faz a oração diária do PCC, que também tem na FEBEM, para ficar falando da bunda da psicóloga. De como ela é gostosa. Isso (a aula de origami) é uma coisa para se fazer depois de um tempo. É tudo muito zona.

E o presos perceberam isso, o governo deixou o 'bicho' crescer e agora não consegue mais matar o bicho.

O estatuto do PCC tem alguma inspiração da Facção Serpentes?

Fatima Souza - Não, o estatuto do PCC é o mesmo, desde 1993 quando ele foi criado. Só incluíram a irmandade com o Comando Vermelho (facção carioca) e isso se deu quando o governador resolveu mandar o Geleia e o Cezinha (fundadores do PCC) para o Rio e lá eles conheceram o Fernandinho Beira-Mar e começaram a trocar droga e arma, uma beleza. Você pega os caras de São Paulo para acabar com o problema e manda para uma cadeia no Rio junto com o Fernandinho Beira-Mar, olha que beleza.

Você disse que os presos estão mais politizados e os agente penitenciários também estão?

Fatima Souza - Quando eu digo que os presos estão mais politizados é porque eles sabem que o que está acontecendo, é como a gente, estão informados. Ele fala que é inocente porque roubou um toca-fitas de um carro, por exemplo, e está preso e o juiz roubou 100 milhões e uma licitação não acontece nada. Os agentes penitenciários passaram de quem comanda para comandado dentro da cadeia. Aquela história de o agente mexer com a mulher gostosa do preso acabou, então tanto os bons e maus costumes de agentes penitenciários foram terminados. Passaram de comando para comandados. Acho que o agente penitenciário enxerga essa corrupção e essa falcatura porque isso também conta no bolso dele. Porque são mal pagos e trabalham em situações insalubres, muito insalubres. Do mesmo jeito que o estado deixa o preso no seu Bel prazer. Acontece com o agente. Eles também vivem com as mesmas precariedades: comida ruim e péssimas instalações. Ele é igualado ao preso. Ele fica encarcerado boa parte do dia junto com preso e sai de lá sem muita satisfação. Ele também enxerga a corrupção aqui de fora, de mensalão, trensalão...Etc.

Como você a tortura dos agentes penitenciários em relação ao preso?

Fatima Souza - Em São Paulo é menos por conta do PCC. Mas existe ainda. É uma herança trazida do regime militar que era torturar e barbarizar e foi o que fizeram com os presos políticos da época que fundaram a facção Serpentes lá na Ilha. Essa

cultura veio desta época. E ainda é reforçada pela sociedade que diz as velhas máximas que se apanhou é porque mereceu... Apanhou porque matou, apanhou porque bateu. E isso tudo mudou com o poder do PCC. A coisa ficou tão grande que até isso ele conseguiu diminuir dentro das cadeias. Não acho que o agente mudou porque ganhou consciência, porque a gente virou o Japão. Ele mudou para não sofrer as consequências. Principalmente os agentes mais antigos que acham que a situação deve ser resolvida através da porrada.

Você lembra alguma historia de tortura de agente?

Fatima Souza - Durante a CPI Carcerária, em muitos lugares do Brasil, os presos reclamaram de tortura. Em São Paulo não teve reclamações de tortura. Aqui a reclamação era de refeição, de ter um jumbo melhor. Quando fui no Cadeião de Pinheiros na primeira sala que entramos estava escrito PCC no chão, na parede, no teto. E os presos gritavam PCC, PCC, PCC para os deputados ouvirem. Diziam que o PCC era a família deles. No presídio Urso Branco, em Rondônia, os presos reclamavam de torturas sistemáticas. E teve um caso recente lá, em que colocaram os presos pelados, num calor infernal, sentados ao meio dia no pátio. E ficou todo mundo com a bunda queimada.

Lembro-me do Pedrosa, que foi morto pelo PCC, e trabalha na Casa de Custodia de Taubaté, de uma foto dele que ficou famosa dele segurando um porrete enorme escrito Aspirina. Se alguém reclamasse de dor, ela dava a porretada, a Aspirina. As reclamações no Rio e em São Paulo eram em relação a problema estruturais do que tortura ou agressão. No Brasil, inteiro reclamaram de más condições das estruturas das cadeias.

Em Santa Catarina, a reclamação, nos presídios femininos, era de abuso do poder dos agentes em relação às presas. E também porque lá, os agentes homens ficavam com as presas, o que gerava desconforto e situações de passadas de mão na bunda e nas tetas das mulheres. Coisa que não deveria acontecer profissionalmente. Nesta cadeia, os agentes reclamavam menos e as condições eram melhores porque a diretora era uma pessoa decente. E ela acabou perdendo o emprego depois da entrevista que me deu porque disse que as presas não recebiam uniforme, que ela comprava coisa do próprio bolso. Ela fez uma serie de denuncias e ela perdeu o cargo. Mas os agentes tinham muito respeito por ela, pela visão

humanista dela. Mas foi um presídio de sessenta e nove que visitamos que estava em uma condição melhor.

Como você vê a atuação da imprensa em relação ao sistema carcerário penitenciárias?

Fatima Souza - As emissoras são formadas, geralmente, por cabeças de rede, as nacionais e as regionais, as menores, a da cidade que são comandadas não pela matriz, mas sim por políticos ou caras muito ricos da região. E em geral estas pessoas tem aquela visão que o preso tem morrer dentro da cadeia mesmo, que não merecem direito nenhum.

As emissoras resumem o Brasil em São Paulo e Rio de Janeiro. Então, a filial faz o que quer, não denuncia nada. Nem promotor, nem juiz, nem nada. E nas grandes, os repórteres não se comprometem com matérias investigativas porque sabem que não vão ao ar. Você pensa em fazer uma matéria sobre presos que estão sendo torturados. E rapidamente dizem para não fazer porque não vai ser interessante. Que a sociedade não quer ouvir. Para não parecer que a emissora é defensora de preso ou se também se vem da mesma e isso forma um ciclo vicioso e a informação deste assunto simplesmente não sai. Falei com o Peterson Isidoro, repórter do SBT, meu amigo, que fez uma reportagem no interior sobre a morte de alguns policiais por conta da transferência do Andinho para o RDD e foi o PCC que facção do ordenou e ele não citou nominalmente, a facção. E eu disse para ele colocar. Que tinha que publicar. Falei para ele, que pelo menos, nas redes sociais, viva a liberdade. Ninguém mais fala PCC. É meio que um acordo com o Alckmin para não dar legitimidade para o PCC, como se precisasse. Eu garanto para vocês se fizermos uma entrevista com 30 pessoas na rua agora, 30 dirão que sabem quem é o Marcola, mas não sabem quem é o vice-governador. Muitos agentes transmitem as faltas condições do estado para o preso. E isso não deveria acontecer.

A Globo tem um defeito. O que ela não deu, ninguém viu. Fizemos uma entrevista sobre denúncias que fiz sobre a atuação do PCC nas cadeias que ninguém do Estado deu bola, só um promotor e fizemos toda a matéria e publicamos pela Band e depois de um tempo, o promotor me ligou perguntando se eu poderia liberar o material porque a Globo queria publicar a matéria. Eu disse que podia sim, que já

era de domínio público. E a Globo publicou a matéria como exclusiva em todas as chamadas, inclusive na veiculação. Eu fiquei revoltada.

Além de não poder pronunciar a palavra PCC, qual é a outra ação tomada pelo Governo para acabar com a facção?

Fatima Souza - Além disso, eles começaram a fazer escuta nos celulares dos bandidos. É um programa chamado Guardiã. Se você for preso e ligar para um criminoso aqui fora, você também será grampeado. Senão te acharem importante, não mantêm o grampo. O programa existe desde 2004.

Em uma das campanhas do Alckmin eles fizeram a mentira de Sorocaba, ele infiltrou os policiais no meio dos bandidos, o que é comum neste tipo de investigação. Mas quem roubou o ônibus foi os policiais. E levaram para fazer o trajeto. E as balas levadas para o PCC eram de festim. Ocorreu várias mortes de integrantes do PCC. No dia seguinte apurei, com o Molina, que os tiros que os presos receberam foram na cabeça. Para uma ação que não pretendia matar ninguém, eles tiveram uma 'puta' pontaria. E usaram a história na propaganda no dia seguinte, na época da eleição. Até o operador teria esquecido e acabou não gravando a ação dos policiais no ônibus.

Outra situação foram as gravações telefônicas realizadas em 2011 e veiculadas entre outubro e novembro de 2013 sobre ameaças de morte por parte dos integrantes da cúpula do PCC ao governador do Geraldo Alckmin. E que Fatima jura que o governador usará como mais trunfo político nas eleições de 2014.

E o PCC não faz contra estas ações do Estado?

Fatima Souza - Ele faz contra o servidor público, paulatinamente, diferente do que aconteceu em 2006. Estão matando um no interior, depois outro no litoral, aí outro na capital e a Polícia insiste em dizer que não há ligação entre os casos. Eles até tentaram eleger um deputado, no interior de São Paulo, mas pegaram a relação dele com o PCC, e prenderam ele.

Os servidores não são 'peixes pequenos', vítimas?

Fatima Souza - É por conta da corrupção policial e dos agentes penitenciários. Os agentes odeiam quando falam em corrupção. Sabemos que a menor parte faz, mas é real.

Falamos com mulheres de preso e muitas comentam da dificuldade em que os companheiros tem de sair da cadeia, como o poder judiciário interfere nisso?

Fatima Souza - Tem a questão da enorme quantidade de processos que atrapalha a velocidade de soltura de presos que já cumpriram penas. O Geleia já cumpriu os 30 anos e não saiu ainda. Hoje já faz 34 anos. Ele está em Itapirai. Perguntei para juiz o porque o Geleia está preso. E ele disse que ela não sairia de jeito nenhum. Tem esse caso que os próprios juízes, desembargadores, governadores dificultam a saída dos presos.

O PCC ganha dinheiro com o que?

Fatima Souza - Tráfico de drogas, armas, assaltos.

A relação entre agente e preso?

Fatima Souza - Tem um caso na cadeia de Salvador que o preso que manda na cadeia, o Perna, faz um acordo com o agente para comandar a cantina da detenção. Eles dividem o lucro. A situação na Bahia é tão grave que o presidente do sindicato dos agentes penitenciários denunciou que o PCC estava incentivando e financiando pessoas ligadas a facção a prestar concurso e trabalhar como agente penitenciário. E ninguém deu importância para o assunto na época. A previsão era que Salvador se tornasse em São Paulo em pouco tempo.

E a pacificação dos morros no Rio de Janeiro, você acha que acontece ainda? É um acordo?

Fatima Souza - É um combinado entre ladrão e policia. Eles avisam um dia antes para os caras saírem e depois de algum tempo eles acabam voltando. É uma lorota, cascata, mesmo!

Você acha que tem alguma maneira de acabar com as facções?

Fatima Souza - Depende da gente, sair na rua. Tomar alguma atitude. Somos muito carneirinhos. Tudo é medo, medo. Na Argentina, quando há algum problema, eles

vão para rua, protestar. Eu não vejo solução imediata a situação. Já disse em uma entrevista há 10 anos, que São Paulo viraria a Colômbia (em relação a violência) e já estamos em 7 anos. Acho que só vai agravar a situação. Porque o governo perdeu o comando há muito tempo já.

Se mudar de PSDB para PT, muda alguma coisa?

Fatima Souza - Acho que não. Confiei no Haddad e ele só colocou faixa de ônibus na rua. Fudeu com o trânsito. Porque não faz a faixa só nos horários de picos? Mas voltando ao assunto, o partido em si é igual. O PT tem os escândalos de corrupção. E quanto ataco o Alckimin é porque ele é o poder. Se fosse alguém do PT e tivesse as mesmas atitudes, minha reação seria a mesma. O PSDB está há 20 anos no poder e você não vê mudança em SP. Acho que mudar o partido não vai mudar a situação, a população tem que ajudar nesta melhoria. Somos um país muito jovem ainda, temos muito que aprender.

Em relação aos protestos de 2013, teve participação das facções? Como foi em relação ao incêndio ao carro da Record.

Fatima Souza - Teve mais partidos políticos do que facções. E em relação a colocarem fogo aos carros da Record, isso foi uma reação dos 'Black Bostas', Black Blocks, que também são financiados e incentivados por partidos políticos pequenos da extrema direita. E a policia não teve o comportamento desejado. No começo bateu demais e depois simplesmente assistiu a ação dos vândalos.

Depois de depoimentos de agentes, nos contaram que há divisão de talheres, de celas dentro das cadeias para homossexuais e travestis. Isso acontece?

Fatima Souza - Em São Paulo sim, o PCC ordenou que os travestis fossem respeitados e não fossem mais abusados. Eles poderiam fazer o que quisessem. E preso também não pode abusar de preso. Tinha um abuso muito grande do homossexual. E o Marcola definiu que não deveria mais acontecer. E os travestis ficam separados para que se evite estes estupros coletivos. Em relação ao talher acho que não porque é o garfo é descartável até onde sei. As reclamações dos travestis foram as mesmas.

É uma forma de atrair mais pessoas dentro das cadeias para o PCC?

Fatima Souza - Sim, este cara ama o PCC. Ama o Marcola. Sei que o Marcola mandou acabar com o uso do crack dentro da cadeia, pois prejudicava o seu negocio mais lucrativo, além determinar que não haveria mais abuso contra os travestis.

Tem muita gente com AIDS dentro das cadeias?

Fatima Souza - Tem sim, com Tuberculose também. Muitas vezes eles recebem o coquetel da AIDS faltando comprimido e acaba não tendo efeito desejado. Mas afinal é preso e ninguém liga muito.

O Marcola sai em pouco menos de 2 anos. Ele sai da cadeia?

Fatima Souza - Sai nada, arrumaram essa história de fuga para tentar mantê-lo mais tempo preso. Assim como foi com o Geleia. Aliás, o Geleia foi preso porque um roubou uma loja, o antigo Mappin. O delegado Paranhos Fleury, do antigo DOPS, entrou na casa do Geleia erroneamente porque o cara que ele queria pegar também atendia por Geleia, mas o endereço era outro. Ao perceber o erro, quando já estava saindo de casa, o delegado notou marca de tênis no teto, no forro da casa. E perguntou o que era. Geleia, falou: "Doutor, era que eu subi para ver um vazamento que tinha lá em cima", o delegado interrompeu dizendo que quem chama de doutor é vagabundo e mandou o seu pessoal averiguar o que tinha acontecido. Ao subir, viram que tinha todos os produtos que Geleia havia roubado no Mappin. Ele tinha 18 anos, hoje Geleia tem 44 anos. Sua pena foi aumentada porque ele brigou, matou e fez besteiras dentro da cadeia. Cezinha e Geleia fundaram o Terceiro Comando e o Sociedade Anônima depois de terem saído do PCC.

Existem diferenças entre o PCC de Cezinha e Geleia para o de Marcola?

Não, é praticamente a mesma escola. O Marcola entrou no PCC pouco tempo depois da facção ter sido criada. Depois do Geleia e Cezinha, os fundadores, terem sido transferidos para Detenção onde o Marcola estava. O único comportamento diferente entre os dois comandos é o fato do PCC não ter feito nenhum tipo de acordo, só concessões, com o governo enquanto Geleia e Cezinha comandavam a facção. Já Marcola negociou e negocia bastante com os governantes em busca de acordo em momentos cruciais. E ele conseguiu muita coisa que a população carcerária queria. O Marcola queria agradar o público deles. A rebelião de 2006

começou porque definiram que a cor dos uniformes seriam laranjas. E o Marcola disse que não era gari. E que não ia usar. Depois de toda a ação do PCC, o governo voltou atrás e teve que dar os 50 mil uniformes que já estavam prontos para os garis mesmo. Continuaram com os uniformes da cor branca. Decidida a questão, Marcola deu a ordem para o seu comparsa LF acabar com os ataques. E ele disse que ia demorar algum tempo porque alguns lugares são de mais difícil comunicação e que a própria imprensa ia ajudar na disseminação da novidade.

Quais jornalistas você indica para gente?

Fatima Souza - Josmar Jozino, André Caramante e Marinez Campos. A última foi jornalista do Jornal da Tarde e foi mandada embora por pedido do governador. Hoje ela cuida de planta no interior de São Paulo.

Sobre o encarceramento da informação. A dificuldade de acessar a informação.

Fatima Souza - O boletim de ocorrência é público, mas o delegado não dá. Daí você liga para assessoria da segurança pública e eles também dificultam o acesso a informação. Para tentar agilizar você tem que citar a lei de acesso a informação e depois disso eles ainda demoram de 3 a 4 dias para dar respostas. A matéria, com isso, perde o factual. E muitas vezes mandam o boletim de ocorrência sem todas as informações. Nos campos que deveriam constar os nomes das vítimas, as informações sobre o caso, o nome dos policiais que participaram da ação ficam em branco, não é possível ler. Só vem a história, os participantes não. Eles mandam meio boletim. Piorou muito, de 10 anos para cá ficou ruim e de 5 anos para cá, piorou demais. E quando você liga para checar a informação, se aconteceu alguma coisa de fato. Eles dizem que não, minimizam a situação relatando que foi só um motim com fogo no colchão.

As rebeliões diminuíram mesmo, como se percebe, porquê?

Fatima Souza - Acho que faz parte do acordo feito com o Marcola em 2006. Muitos colegas deles acham que ele é até um pouco bunda-mole e deveria agir mais. Mas ele, com seu jogo de palavras, consegue convencer os companheiros que tudo é feito para manter condições melhores para os próprios membros do PCC. Dizem que se o Marcola for para o RDD vai ter rebeliões de novo. O Marcola está no PCC,

desde 1994, tem gente que acha que ele é o fundador, mas não é. E a pergunta que fica é porque ele não vai pro RDD? E porque só vai agora??

A SAP responde informações?

Fatima Souza - A SAP não responde nada mesmo. E há 8 anos nenhum repórter entra em cadeias de São Paulo. Nem em CDP. Tentei fazer entrevista com o Geleia algumas vezes, porém a SAP responde que não existe segurança para realização. Mas quando é para o repórter bonzinho fazer uma entrevista sobre coisas banais, eles puxam dois ou três presos dedos-duros para falar. E nem isso tem acontecido mais.

A situação é tão extrema que supondo que você não soubesse em que presídio o Marcola está e mandasse algum email ou telefonema para SAP questionando, a resposta é que a pergunta não pode ser respondida por motivo de segurança. As cadeias estão totalmente blindadas. Nunca houve entrevista com o secretário Lourival Gomes. O mesmo Lourival que falava com a gente antes no massacre do Carandiru, ajudando a omitir o número de mortes para que não saísse nada antes do horário que terminava as eleições.

A terceirização das assessorias de imprensa, tanto da SAP como da SSP, piorou muito o acesso à informação. Porque as secretarias são clientes das Assessorias. Não é um funcionário público querendo transmitir a verdade. Não, é uma assessoria que está ganhando muita grana para mostrar que dentro da cadeia tudo é as mil maravilhas e que não pode passar a informação completa, só o que for mais conveniente e menos prejudicial a imagem das corporações representadas. E já tem uns 8 anos que estão terceirizados. As donas das Assessorias eram as funcionárias públicas antes.

A informação é encarcerada. Na época que participei da CPI Carcerária foi muito difícil acessar as cadeias. Os diretores queriam impedir nossa entrada a todo custo. Em várias situações, os deputados chegaram a ameaçar com prisão os servidores que queriam impedir o acesso. Aqui em Pinheiros, os secretário queria proibir a minha entrada nos presídios porque disse que eu era bandida. Era uma situação muito grave. Qualquer repórter que entrar na cadeia hoje vai escutar os presos gritarem o nome das facções e para o Estado isso não é bom para sua imagem. O

Estado sempre nega informação. Consigo material muitas vezes por meio dos parentes de presos, agentes penitenciários e do preso que você já tem como fonte, por meio de cartas.

E o ataque a sua casa, quem foram os responsáveis como foi?

Fatima Souza - Não sei ainda. As suspeitas me levam mais para a Polícia do que para bandido. Até porque a arma era de polícia, uma 380. Até o vidro que quebrou, eu guardei. Eu sei que tem muita gente que não gosta de mim, a fila de inimigos é bem maior do que a de amigos. Não sei se foi para matar. Porque se quisessem me matar já teriam feito. Eu vou trabalhar de transporte público e ando trechos longos de carros, odeio carro. Sou presa fácil. Talvez seja para eu falar menos, mas como não acertaram os tiros na minha boca, não vai ter jeito, vou continuar falando. Se eu for me preocupar com tudo que disserem pra mim, eu não faço nada, fico em casa, acuada. A Record disse pra eu sair de casa por um tempo com a minha filha, mas não topei. Não vou andar de carro blindado por conta disso.